

Como extinguir a oligarquia nos órgãos de classe ?

CEARA MIRIM:

A PREFEITURA

ACIONA A

ECONOMIA DO VALE

Vai chegar o dia em
que o RN produzirá
6 milhões de sacos
de açúcar por ano

405

A MINERAÇÃO AINDA
PESA POUCO NA
ECONOMIA DO RN

SOCIC ESTÁ

GELANDO

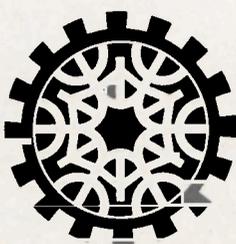
O RIO GRANDE DO NORTE COM SUA LINHA COMPLETA DE REFRIGERAÇÃO:

TÚNEL PARA BAIXA TEMPERATURA

BALCÕES FRIGORÍFICOS

REFRIGERADORES

CONGELADORES



CENTRAIS DE AR CONDICIONADO

CÂMARAS FRIGORÍFICAS

CONSERVADORAS

SORVETEIRAS

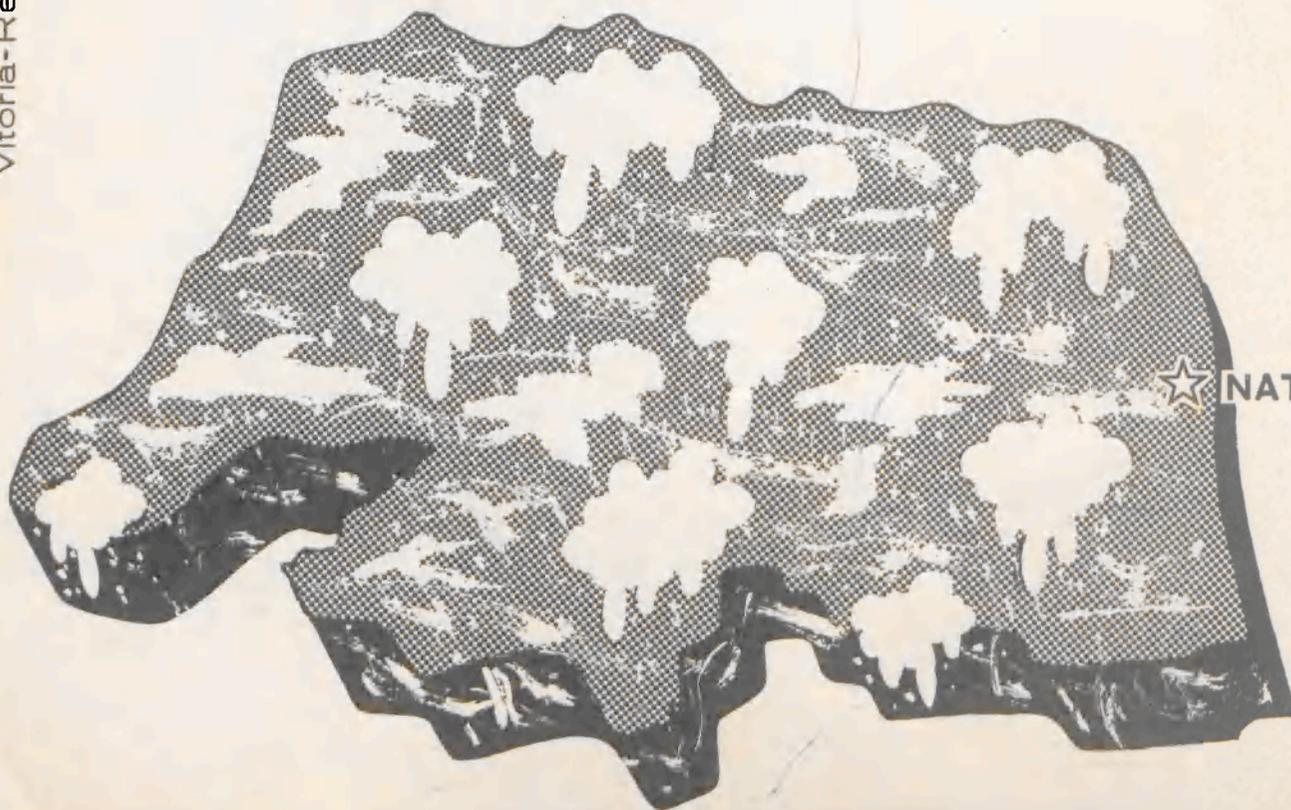
VENDAS EM NATAL COM

SOCIC comercial S.A.

Av. Rio Branco, 593 - Fone: 24.333

Rua Amaro Barreto, 1350 - Fone: 21.932

Vitória-RE



★ NATAL

RN-ECONOMICO

REVISTA MENSAL

ANO V - Nº 56 - Junho/74

Diretores-Editores

MARCOS AURÉLIO DE SÁ
MARCELO FERNANDES DE
OLIVEIRA

Gerente

Núbia Fernandes de Oliveira

Redatores

Sebastião Carvalho
João Bezerra da Silva
Nelson Freire
Nelson Patriota
Jomar José
Jorge Batista

Arte

Reinaldo Azevedo

Fotos

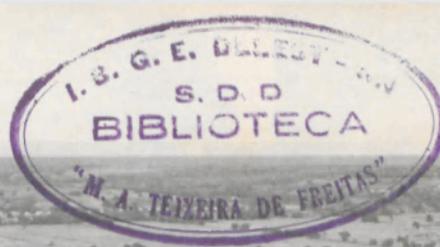
João Garcia de Lucena

Correspondente em Mossoró

Colaboradores

Alvamar Furtado
Antônio Florêncio
Benivaldo Azevedo
Cortez Pereira
Dalton Melo
Domingos Gomes de Lima
Edgar Montenegro
Fabiano Veras
Fernando Paiva
Genário Fonseca
Hélio Araujo
Hênio Melo
Joanilson P. Rego
João de Deus Costa
João Wilson M. Melo
Jomar Alecrim
Luiz Carlos A. Galvão
Manoel Leão Filho
Moacyr Duarte
Ney Lopes de Souza
Nivaldo Monte
Otto de Brito Guerra
Severino Ramos de Brito
Túlio Fernandes Filho
Ubiratan Galvão

RN-ECONOMICO, revista mensal especializada em assuntos econômico-financeiros do Rio Grande do Norte, é de propriedade da Editora RN-ECONOMICO Ltda. C.G.C.M.F. 08423279. Rua Princesa Isabel, 670 — Térreo — Fone 2-0706 — Natal (RN). Impressa na Gráfica RN-ECONOMICO — Rua Prudente de Moraes, 1524 — Natal (RN). — É proibida a reprodução total ou parcial de matérias contidas nesta edição. Preço de assinatura anual: Cr\$ 40,00; Preço do exemplar: Cr\$ 8,00. Número atrasado: Cr\$ 10,00.



Na hora em que o Rio Grande do Norte começa a despertar para as suas potencialidades econômicas, uma região em especial se prepara para um futuro melhor e mais rico: o Vale do Ceará-Mirim. No dizer do seu Prefeito, Ruy Pereira Junior, "a terra é pródiga e o Vale é uma bênção da natureza". Dentro de pouco tempo, a sua produção de açúcar chegará a um milhão de sacos, por ano, podendo aumentar até para três milhões com o emprego de técnicas modernas. Nesta edição, damos a vista para o Vale do Ceará-Mirim, mas sem ver apenas a economia do açúcar e sim procurando a cobertura global a todos os grandes temas sócio-econômicos e administrativo da região.

sumário

REPORTAGENS

Especial MINERAÇÃO AINDA PESA POUCO NA ECONOMIA DO RN	9
Palavra do IAA VAI CHEGAR O DIA EM QUE O RN PRODUZIRÁ SEIS MILHÕES DE SACOS DE AÇÚCAR POR ANO	12
Ceará-Mirim ADMINISTRAÇÃO EFICIENTE CONDUZ O VALE A UM FUTURO MELHOR ..	14
Política COMO EXTINGUIR A OLIGARQUIA NOS ÓRGÃOS DE CLASSE	20
Crédito POR QUE TANTOS TÍTULOS PROTESTADOS?	23
Engenharia Rural DNOCS MUDA PARA MELHOR	26
Abastecimento A CEASA VEM MESMO	27
Administração Pública DEPOIS DA TEMPESTADE, A BONANÇA	32
Reivindicações INUNDAÇÕES INSPIRAM MEMORIAIS DA FIERN	35
Sal MATARAZZO: OU TUDO, OU NADA	38
Cana de Açúcar ASSOCIAÇÃO OBTÉM APOIO PARA PLANTADORES	40
Comércio CUIDADO COM OS "RATOS DE LOJA"	42
Habitação COM OU SEM CRISE, MAIS CASAS PARA NATAL.....	44

SEÇÕES

HOMENS & EMPRESAS.....	4
BASTIDORES.....	6

HOMENS & EMPRESAS

○ INDÚSTRIAS TÊXTEIS NO RN

O Estado ganhará duas novas indústrias têxteis: o grupo inglês **Machine Cotton** já encomendou as máquinas para a implantação de uma fiação com 30 mil fusos, em Natal, empreendimento que chegará à casa dos 60 milhões de cruzeiros; enquanto isso, o grupo **Flamingo**, da cidade de Americana (SP), já deu entrada de uma carta-consulta na SUDENE, sobre a viabilidade de uma indústria de fiação com 20 mil fusos, a ser localizada em Macaíba ou Parnamirim, com investimento de Cr\$ 40 milhões. No caso da **Machine Cotton**, representantes do grupo em Natal (diretores da **Algodoeira São Miguel S/A**), já estiveram no **Banco de Desenvolvimento** para comunicar o investimento, bem como já sobrevoaram a cidade, à procura de um bom terreno.

○ HEMETÉRIO NÃO ERA EMPREGADO

Depois de mais de seis meses de viagens entre Natal, Rio, Bahamas e inúmeras cidades dos Estados Unidos, tratando da obtenção de investimentos para o projeto da **Fazenda Iguatu S/A** (o maior empreendimento agropecuário do RN), volta às suas atividades normais à frente da **SITEX** o industrial **Hemetério Gurgel**. Ele volta otimista e acertou com o grupo **Century Investment** a aplicação de US\$ 25 milhões na criação de 167 mil cabeças de gado, pelo sistema **Voisen**, na **Fazenda Iguatu**. Uma notícia que circulou em Natal durante a sua ausência, **Hemetério** faz questão de desmentir: ele não era empregado do grupo **Century**. Viajava como empresário, tratando dos seus próprios negócios.

○ O NÚMERO EXATO DE TRATORES DO RN

O Rio Grande do Norte deve possuir hoje em torno de 800 tratores em ação, trabalhando na agricultura e na indústria. Destes, exatamente 418 pertencem ao Governo do Estado, através da **Secretaria de Agricultura, CIMPARN** e **COFAN**. Recentemente, a **Comercial Wandick Lopes S/A** vendeu, de uma só vez, ao Governo Estadual, 176 tratores, operação que é considerada hoje a maior já levada a efeito por qualquer firma revendedora de tratores, no Brasil.

○ EMPRESÁRIO NO GOVERNO

Tarcísio Maia, um empresário bem sucedido no setor agrícola e pecuário (em 1973 produziu um milhão de quilos de algodão), é o futuro governador do Rio Grande do Norte. Além de propriedades na zona Oeste do Rio Grande do Norte, **Tarcísio** possui fazendas na Bahia, onde produz cacau, e no Maranhão, para criação de gado. Sendo um apaixonado pela agricultura, é de se esperar a continuidade e até a ampliação dos projetos de colonização iniciados por **Cortez Pereira**.

○ FEDERAL FAZ SEGUROS NA PB

A **Federal de Seguros**, através da sucursal de Natal, assinou contrato de seguro de vida em grupo com a **Prefeitura de João Pessoa** e com a **Universidade Federal da Paraíba**, beneficiando cerca de 6.500 funcionários dos dois órgãos. Cabe a **Augusto Monteiro**, diretor da sucursal, o mérito da obtenção desses importantes contratos.

○ SOCIC ABRE NOVA LOJA

A **SOCIC Industrial S/A** abrirá em Natal uma loja especializada em equipamentos de refrigeração, frigoríficos, conservadoras de alimentos, desumidificadores, etc., com o que dinamizará a sua atuação nesse setor da indústria e do comércio do Rio Grande do Norte. A nova loja **SOCIC** ficará localizada na rua **Ulisses Caldas**.

○ MARCOSA TEM NOVO GERENTE

Marcosa S/A, empresa revendedora dos tratores **Caterpillar** no Rio Grande do Norte, conta com novo gerente: trata-se de **Evandro Nunes de Oliveira**, que substitui a **Carlson Soares**, hoje gerenciando a firma **João Pessoa**. **Evandro** já prestava serviços à **Marcosa**, numa das suas filiais do Ceará.

○ GRUPO CONSTRÓI CHALÉS NAS PRAIAS

Um grupo de engenheiros da **Contral — Construtora Trairí Ltda.**, empresa do grupo **Alonso Bezerra**, está partindo para um interessante empreendimento no setor do turismo. Sob a liderança de **Wallace Pereira**, o grupo pretende construir pequenos chalés em pelo menos dez praias afastadas (dentre as quais **Búzios**, **Pirangi**, **Redinha**, **Cutuvelo**, **Barra de Cunhaú**), para alugar a famílias em férias, a casais em lua de mel, ou grupos de pessoas desejosas de gozar o fim de semana em contato com a natureza. Os chalés possuirão mobília completa, água e energia elétrica. Terrenos já foram comprados em todas as praias que o grupo pretende atingir.



Hemetério Gurgel



Pedro Cavalcanti



Tarcísio Maia



Fernando Bezerra

○ SACOPLAST EM JULHO

Sem falar muito, agindo com uma segurança que lhe é característica, **Pedro William Cavalcanti**, as sociado com o grupo **Alonso Bezerra**, termina de implantar dia 30 de julho próximo mais uma indústria em Natal: desta feita, a **SACOPLAST**, à margem da rodovia BR-101, que produzirá 12 milhões de sacos trançados por ano, destinados à embalagem de açúcar, sal, cereais, etc. O primeiro galpão da **SACOPLAST** tem uma área de 10 mil metros quadrados. De início, a indústria proporcionará 240 empregos diretos, utilizando mão-de-obra não especializada. O investimento global atingirá Cr\$ 16 milhões, devendo o BNDE participar com Cr\$ 8,5 milhões. Quase todas as máquinas foram importadas da Espanha, enquanto uma parte delas é de fabricação nacional. A diretoria da **SACOPLAST** é formada por **Pedro William Cavalcanti** (presidente), **Alonso Bezerra** (superintendente), **José Fred Bulhões** (diretor-comercial) e **Alonso Bezerra Filho** (diretor-financeiro).

○ INAUGURAÇÃO DA SPARTA SERÁ EM OUTUBRO

O general **Albuquerque Lima** confirmou para outubro a inauguração de mais uma indústria do grupo **UEB** em Natal, a **Sparta Confecções do Nordeste S/A**, com 600 empregos para a população, inicialmente, até alcançar 1.100, em junho do próximo ano. Em novembro, técnicos americanos e japoneses chegarão a Natal para iniciar treinamento de pessoal, a fim de que a **Sparta** comece o ano de 1975 produzindo 7.600 camisas e 3.000 calças por dia.

○ FUNTÊXTIL VAI VOLTAR À ASSEMBLÉIA

Devido à necessidade de modificações, a Lei que instituiu o **Funtêxtil** voltará à **Assembléia Legislativa** do Estado, dentro de algumas semanas. A mensagem do governador nesse sentido já está pronta. As tais modificações serão feitas no sentido de tornar mais operacional esse incentivo governamental, que mesmo sem estar em vigor já garantiu para o Rio Grande do Norte a implantação de várias indústrias têxteis de grande porte.

○ INDÚSTRIA PIONEIRA

O grupo **Nóbrega & Dantas** cria mais um empreendimento pioneiro no Nordeste: a fabricação de gaze medicinal, para consumo em hospitais. A **CIALDA — Cirúrgicos e Absorventes Ltda.**, empresa do grupo, que até bem pouco só produzia algodão hidrófilo, adquiriu máquinas no Sul do país e agora executa desde a fiação de algodão título médio 20, até a tecelagem da gaze.

○ 50 MILHÕES DE OBRAS

A **ECOCIL** é uma empresa construtora natalense que hoje se situa entre as maiores do Nordeste. Com frentes de trabalho em três Estados (Rio Grande do Norte, Paraíba e Distrito Federal), ela possui hoje um volume de obras contratadas que supera a casa dos Cr\$ 50 milhões. E esse volume poderia ser maior, se a **ECOCIL** não tivesse delegado à **ECAL** a execução das obras do **Centro Administrativo do Estado**, orçadas em Cr\$ 30 milhões.

○ UEB CONTRATOU FIRMA PARA REVER O HOTEL

O grupo **União de Empresas Brasileiras** contratou uma empresa do Sul — a **SISAL** — para efetuar uma revisão no projeto original do **Hotel Monte Líbano**. Diz o general **Afonso de Albuquerque Lima**, vice-presidente do grupo **UEB**, que haverá muitas modificações, com vistas a tornar o **Monte Líbano** um hotel de categoria internacional. A firma contratada para a revisão é a mesma que está cuidando da implantação de uma rede de 60 hotéis da cadeia **Hilton**, no Brasil. Por outro lado, o **Monte Líbano** mudará de nome: deverá se chamar **Ducal Palace Hotel**, segundo a vontade do sr. **José Luiz Moreira**, presidente da **UEB**.

○ INPE PODE AJUDAR RN

Adauto Mota, diretor dos programas que o **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais** desenvolve no Rio Grande do Norte, está imaginando uma fórmula de integrar esse organismo à realidade e aos problemas da nossa economia. Pretende ele trazer de São José dos Campos para Natal estudantes em fase de conclusão do mestrado em **Análise de Sistemas, Computação, Tecnologias Educacionais, Sensoramento Remoto, Eletrônica**, a fim de que eles baseiem as suas teses de doutoramento em assuntos locais. Desta maneira, em vez destes técnicos de alto nível ficarem no Sul, sugerindo em suas teses o aperfeiçoamento tecnológico daquela região que já é desenvolvida, eles viriam contribuir para o desenvolvimento do NE.

▶ UMA FAZENDA PARA A UEB

Depois de estar investindo na indústria de fiação e tecelagem, de estar inaugurando brevemente fábricas de confecções masculinas e femininas, só falta agora ao grupo UEB ingressar no setor de produção de algodão, para formar um complexo têxtil integrado. E o grupo UEB vai plantar algodão no interior do RN. Líderes da empresa já estão sondando a compra de vastas áreas de terras.

▶ QUASE MIL AÇUDES DESTRUÍDOS

No total, 998 açudes no interior do Estado foram destruídos pelas enchentes ocorridas no começo deste ano, segundo levantamento da Delegacia do Ministério da Agricultura, em Natal. Um dado importante nesta informação é que dos 704 açudes construídos pelo Governo Cortez Pereira, apenas 57 arruaram. Um convênio entre o Governo do Estado e o DNOCS, no valor de Cr\$ 15 milhões, já está assinado, tendo em vista a necessidade de recuperação imediata do sistema de açudagem do Rio Grande do Norte.

▶ L'ATELIER EM NATAL

L'Atelier Móveis S. A., considerada uma das maiores e modernas indústrias de móveis no país, produzindo inclusive para exportação, tem agora revendedor em Natal. Trata-se da firma Pipolo Comércio e Representações, com quem o gerente geral de vendas Marcílio Hamam, da L'Atelier, manteve contatos em fins do mês de junho. Marcílio, que empreendia viagem a todo o Norte e Nordeste do país, explicou que o objetivo da sua empresa é horizontalizar as suas vendas, atingindo todas as grandes capitais do país, assegurando ao consumidor um preço unificado. O grupo que dirige L'Atelier é o mesmo das Ferragens e Laminação Brasil e da HÉVEA S/A — Indústria de Plásticos, empresas que faturaram ... Cr\$ 400 milhões em 1973.

▶ CONSTRUTORAS PODEM SE UNIR

A idéia de juntar as grandes empresas construtoras do Estado numa única sociedade industrial, em condições de obter maiores lucros pela redução dos seus custos e pela sua estrutura técnica mais eficiente, vai aos poucos se transformando em realidade. O primeiro passo acaba de ser ensaiado pela ECOCIL, CICOL, A. Gaspar, Souto Engenharia, ENARQ e Rebello Flor, firmas que apesar de se manterem autônomas, constituíram uma empresa nova, com participação acionária de todas. Trata-se da ECAL — Empresas Construtoras Associadas Limitada, cuja primeira obra a executar será o Centro Administrativo do Estado, que na sua primeira etapa terá 9 mil metros quadrados de área coberta, constante de quatro prédios que estarão concluídos em dezembro próximo. O conselho diretor da ECAL é formado pelos engenheiros Fernando Bezerra, Edilson Fonseca e Álvaro Alberto Barreto. A gerência da firma foi confiada a Nelson Moraes, enquanto Cromwel Tinoco e Francisco Avelino de Medeiros cuidarão, respectivamente, dos setores financeiro e técnico. O escritório da ECAL é no Km. 4 da BR-101, no próprio canteiro de obras do Centro Administrativo.

▶ CHESF MUDA DIRETORIA

O comandante Benedito Correia Lobato, administrador regional da Chesf — Cia. Hidro Elétrica do São Francisco, anuncia a eleição da nova diretoria da empresa, que agora está constituída da seguinte maneira: presidente — André Dias de Arruda Falcão Filho; diretor de planejamento e engenharia — Ernani da Silveira Gusmão; diretor de construção — Eunápio Peltier de Queiroz; diretor de suprimento — José Marques Mariz; diretor econômico-financeiro — Edilberto Costa; e diretor de operação — Antônio Pereira Filho.

▶ MARCOSA VENDE CATERPILLAR

Mais tratores de grande porte acabam de ser vendidos pela MARCOSA no Estado: uma motoniveladora, uma carregadora de pneus, um rolo compactador, um trator D-4, todos para a Prefeitura de Natal. Por outro lado, mais um D-6 de esteira foi entregue pela MARCOSA à CIRNE, empresa salineira de Macau.

▶ REDUÇÃO NA SAFRA DE AÇÚCAR

Edgar Varela, diretor da Companhia Açucareira Vale do Ceará-Mirim prevê que a redução da produção de açúcar este ano, no Estado, será em torno de 25%. Motivo: as enchentes que destruíram boa parte da cana plantada nos vales.

▶ COCA-COLA SE EXPANDE

Abgar Barcelos, diretor-superintendente de Natal Refrigerantes S/A — concessionária da Coca-Cola no RN, informa que em outubro serão inauguradas as obras de expansão da sua empresa. Com uma capacidade de produção de 25 mil caixas de refrigerantes por dia (Coca-Cola e Fanta), a indústria poderá triplicar essa marca. As novas máquinas de Natal Refrigerantes estão sendo importadas dos Estados Unidos e da Argentina.

▶ A IMAGEM DO BRASIL NOS EUA

Informa Hemetério Gurgel que depois de vários meses nos Estados Unidos, voltado para problemas financeiros, comprovou o grande prestígio do Brasil junto aos grandes investidores americanos. Diz ele que é o Brasil o único país da América Latina que merece dos setores econômicos daquele país confiança absoluta. O próprio governo americano chega a garantir, por meio de seguro, os investimentos que empresários de lá venham a fazer em nosso território.

COMPANHIA AÇUCAREIRA SE MODERNIZA COM TRATORES MASSEY FERGUSON.



Na foto acima, diretores da Companhia Açucareira Vale do Ceará-Mirim, da Massey Ferguson e da Jessé Freire Agro-Comercial assistem as demonstrações efetuadas pelos tratores MF-85. Da direita para a esquerda, estão os srs. José Gondim, diretor da Jesse Freire Agro-Comercial; Geraldo José de Melo, diretor-presidente da Companhia Açucareira; Nilo Matfufhita, gerente da Massey Ferguson para o Norte e Nordeste; Ranylson da Fonseca Machado, também diretor da Companhia Açucareira, além de técnicos e assessores das diversas empresas.

A COMPANHIA AÇUCAREIRA VALE DO CEARÁ-MIRIM está revolucionando os processos de produção de cana de açúcar no Rio Grande do Norte. Em apenas seis meses, no período de janeiro a junho deste ano, esta empresa empreendeu a mecanização em quase todos os setores, comprando só à firma JESSÉ FREIRE AGRO-COMERCIAL S/A as seguintes máquinas:

- 6 tratores MF-85 de pneus
- 1 colhedeira de cana (importada da Austrália)
- 25 carretas agrícolas para o transporte de cana
- arados de 3 discos de 30"
- grades de disco MF-23
- sulcadores



JESSÉ FREIRE AGRO-COMERCIAL S/A

VOCÊ NÃO PRECISA SER CRIANÇA PARA GOSTAR DE BRANDINI'S.

DISTRIBUIDORES PARA O RIO GRANDE DO NORTE
R. L. PESSOA, DISTRIBUIDORES LTDA.
Rua Trairí, 390 - Fone 2-6505
N A T A L



Copiadora NASHUA

É UMA COPIADORA COMPACTA,
TÍPICAMENTE DE MESA,
ECONÔMICA, FÁCIL DE OPERAR,
RÁPIDA E AUTOMÁTICA.
COPIADORA QUE COPIA TUDO.

Pega uma demonstração pelo telefone 2-4685
ou a VIARIES LTDA. - Rua João Pessoa, 219

VIARIES LTDA Sala 3 - Ed. SISAL



construção exige madeira e ferro.

O ARMAZÉM PARÁ lançou-se agora
também no comércio de ferro para
construção. Sendo já um tradicional
fornecedor de madeiras e outros
materiais, completa-se agora com
mais esse indispensável artigo
da construção civil.

Inclua os preços do ARMAZÉM PARÁ nos
seus orçamentos. E veja a diferença em
comparação com os de outros fornecedores
de ferro, madeira e outros materiais.

ARMAZÉM PARÁ

Rua Almino Afonso, 38/40 - Fones 2-4141, 2-4242 e 2-4343
Gerência - 2-4444 — Depósito - 2-4545

A MINERAÇÃO AINDA PESA POUCO NA ECONOMIA DO RN

Reportagem
de Nelson Freire

A produção mineral do Estado do Rio Grande do Norte alcançou no ano passado, segundo fontes oficiais, 74,5% da produção total de minérios de todo o Nordeste. Em seu Relatório anual relativo ao ano de 1973, o DNPM — Departamento Nacional da Produção Mineral — deu grande ênfase a essa atividade em nosso Estado, tendo colocado inclusive em primeiro plano as pesquisas aqui realizadas, bem como a tarefa de dimensionamento de novas jazidas.

Contudo, ao verificar o ano econômico de 1973, chegamos à conclusão de que o setor mineral representou apenas uma ínfima percentagem em relação às outras atividades no Rio Grande do Norte.

A região salineira se apresenta atualmente com 49,5% da produção de minério no Nordeste, seguida da produção da scheelita (tungstato de cálcio) com 25%, sem no entanto conseguirem um lugar de maior destaque na economia estadual.

As razões para isso são complexas, mas o grande fator predominante, sem dúvida, está nos altos custos para a implantação dessas indústrias extrativas, o que acarreta investimentos elevadíssimos para a realização de suas pesquisas. Tal fato, logicamente, refreia esses empreendimentos, não se constituindo em princípio num atrativo para as empresas, uma vez que esses investimentos se apresetam com risco e quando são positivos demandam muito tempo para retornar.

A PRESENÇA DO GOVERNO

Para o sr. Edgar Dantas, diretor presidente da CASOL — Cia. de Águas e Solos do Rio Grande do Norte, a presença do governo do Estado é importante e necessária, no campo da mineração, fazendo-se sentir pela CASOL e pelo BDRN, atuando como órgãos de apoio e incentivo aos empreendimentos. Porém é um fato a escassez de profissionais especializados em solos e mineralogia no Estado. Calcula-se em apenas 30 o número de geólogos e engenheiros de minas na região mineira do Rio Grande do Norte, o que dificulta a atuação dos órgãos do Governo no setor.

Desde 1971, a CASOL mantém convênios com a Universidade Federal de Pernambuco para estudos geológicos e mapeamento mineralógico do Rio Grande do Norte, cujo saldo positivo se verifica no fichário completo de ocorrências mineiras que possui, tendo cadastradas pesquisas em berilo, scheelita, diatomita, da qual nosso Estado é o maior produtor no Brasil. Esse minério é utilizado para filtração de bebidas, óleos vegetais, além de servir para o tratamento d'água e ainda tem sua utilização em forma de isolante termoacústico. Porém não existe um apoio técnico satisfatório e aqui ela é comercializada in natura, sem beneficiamento.

O BDRN administra os recursos da Cota Parte do Imposto Único sobre Minerais, provenientes do Fundo de Minérios, sendo parte dele usada para estudos científicos e tecnológicos de interesse para a indústria extrativa mineral. Em

1974 esses recursos atingem Cr\$ 1,5 milhão cabendo à CASOL Cr\$ 500 mil para custeio dos seus levantamentos. O Governo participa com entusiasmo das atividades minerais do Estado, porém tem sua área de atuação delimitada com antecedência, não podendo penetrar naqueles setores que por contingências lógicas são de exclusividade das empresas privadas.

A PRESENÇA DAS EMPRESAS

Existem hoje no Estado pelo menos duas empresas de mineração que se rivalizam no processo de extração e beneficiamento de minérios. São elas: a Mineração Sertaneja, proprietária da mina Acauan, do grupo Brasimet; e a Mineração Tomaz Salustino, proprietária da mina Brejuí, em Currais Novos. Esta última mantém ainda o controle acionário da Mineração Potyra, que explora a mina Bonfim e tem uma área de pesquisa em Oiticica, no município de São Tomé, e outra em Saco dos Veados, em Currais Novos. Todas essas empresas exploram racionalmente o tungstênio, cujo tratamento é feito por processo gravimétrico. Suas atividades vão desde a lavra subterrânea, ou seja, o modo de extrair o minério do subsolo, até o beneficiamento, onde é retirado do minério bruto o concentrado desejado, no caso o produto scheelita. As substâncias minerais associadas são na maioria constituídas de fluorita, calcita, quartzo, pirita, molibdenita, bismutita, ferro, etc. e no processo de beneficiamento é recuperado apenas 80% do produto.

No ano passado muitas empresas de pequeno porte deixaram de ter condições para subsistir. Ao mesmo tempo as grandes empresas sofreram considerável impacto, ocasionado pela modificação de algumas determinantes externas do mercado. Contudo, operando com dificuldades quanto à venda do produto, pela baixa cotação apresentada no período, as minerações continuaram produzindo, salvo os garimpos, que deixaram de ter rentabilidade compensadora, o que no entanto não modificou de um modo mais acentuado o panorama da atividade extrativa como um todo.

Com uma média de 55 toneladas por mês, em 1973 a mina Brejuí produziu 664 toneladas métricas de concentrado de scheelita, representando o peso da Mineração Tomaz Salustino, que acrescido das compras a terceiros atingiu um total exportado de 764 t métricas, o que se traduziu, em valor FOB (free on boat) US\$ 2,147,984.56, equivalendo em nossa moeda a Cr\$ 13.114.481,13. Comparando-se contudo com a exportação de 1972, que atingiu 905 toneladas métricas, observa-se uma diminuição em cruzeiros de Cr\$ 494.467,35, que se não chegou a representar prejuízo para a Mineração, também não deixou de mostrar a queda da cotação do produto.



Edgar Dantas: 'a escassez de geólogos é um problema'

A mina Brejuí, segundo o sr. Paulo Roberto Salustino Dutra, engenheiro da mineração, possui reservas que vão até 10 anos na área atualmente explorada. Mas a "Brejuí 2" poderá vir até a triplicar a vida útil da mina, sem contar com parte da área lavrada atualmente, que ainda é virgem. "A durabilidade da mina depende do ritmo de extração do minério" — afirmou Paulo Dutra — "e há a extração econô-



O RN exporta muito minério, mas o Estado ganha pouco

mica quando o faturamento bruto é maior que os custos industriais da mineração e os investimentos realizados, capital de trabalho empregado além do esforço humano utilizado" — concluiu.

A Mineração Tomaz Salustino continua ainda pensando em implantar o processo metalúrgico para o tratamento final do seu atual produto, o concentrado de scheelita. Isso acarretará, então, a criação de uma nova linha de subprodutos metalúrgicos, que terá como vantagem econômica um consumo industrial garantido fora e dentro do país, com um faturamento financeiro em alto nível, além de uma estabilização de preço, eliminando-se as oscilações da cotação do produto no mercado.

O lucro maior dessa atividade está justamente na fase final de transformação da matéria prima, ou seja, na metalurgia da scheelita, pela qual se obtém os subprodutos do tungstênio, atualmente empregados em todos os ramos industriais, principalmente nas indús-

trias bélicas, aeroespacial, automobilística, química e principalmente, porque não dizer, na própria indústria metalúrgica.

A SCHEELITA E O MERCADO

A maior parte da indústria de extração do tungstênio está concentrada na região do Seridó, por esta se mostrar mais propícia para a ocorrência deste mineral, devido a sua formação geológica. Há outras minerações no Estado também com atividades de vulto, como é o

caso da CODIM — Minérios do Brasil e da Mineração Zangarellhas, porém ainda no campo da pesquisa. Em Currais Novos, município onde há a maior incidência do minério, ocorre o fato curioso de uma só jazida pertencer a diversas empresas separadamente, como é o caso das minas Brejuí, Barra Verde, Boca de Laja e Quixaberal.

Não se pode afirmar com certeza o consumo interno de tungstênio, pois o Brasil apresenta um consumo aparente. São importados metais com grande percentagem dele, como é o caso do aço liga, com 15% do metal contido, de maneira que não existem dados reais, e sim estimados.

O maior produtor de tungstênio do mundo é a China, que dita a sua cotação no mercado internacional. Há grandes variações no mercado e quem publica essas oscilações é o Metal Bulletin, editado pela Bolsa de Metais de Londres. "De 1970 até 1971 o concentrado (scheelita) teve uma grande alta, decaindo gradativamente de 1972 a 73, tendo nesse período alcançado índices baixíssimos" — informou Paulo Dutra. Analisando esse fato, o sr. Edgar Dantas, da CASOL, apresentou as justificativas, como o lançamento do estoque americano no mercado internacional em meados do ano passado e como consequência, a colocação pelas empresas dos seus estoques a baixo preço, ocasionando dessa maneira um aumento da oferta em detrimento da procura. Isso possibilitou inclusive a manutenção de um grande estoque regulador, por parte dos consumidores, para suprir

as suas necessidades. A tendência após 1973 era de, satisfeito o mercado, haver uma nova procura, equilibrando assim o processo de compra e venda.

A partir de dezembro essa tendência começou a se delinear mais claramente e conteceu nesse primeiro trimestre uma reação espetacular, alcançando os mais altos índices em abril, quando estava co-

tada a 38 lbs/STU o quilo do minério. Porém em maio ocorreu outra alta, chegando o produto a alcançar entre 41 lbs e 43 lbs/STU, vindo logo depois os primeiros sinais de estabilização, o que já deixa antever uma nova queda no preço até o início do próximo ano.

OUTROS MINÉRIOS

Se a exploração do tungstênio não tem tido tanta representatividade em nossa economia, apesar de sua importância e dos altos incentivos dados pelo Governo, mesmo com seus custos elevados, o que dizer dos outros minérios? Não é preciso ir longe e basta citar a indústria salineira, que poderia ser bastante diversificada com o aproveitamento dos resíduos minerais diversos mas que, ao contrário, não parte para novos empreendimentos, condicionada por motivos particulares de cada empresa e por falta de um sistema moderno de transporte.

O mármore, por exemplo, do qual há ótimas reservas em São Rafael, Açú, Jucurutu, Ipangaçu e São Tomé, pouco representa no se-

tor de minério do Estado. Apesar da SIMWAL — Mármore e Granitos ser uma das maiores empresas do país nesse tipo de extração, funcionando com 20 teares e tendo instalações em Recife para polimento final dos blocos. Esse minério tem dois problemas básicos, quais sejam: o convencionalismo que se fez em torno dele, como sendo um material de luxo nas construções; e, ainda, um outro, resultado dos seus variados padrões apresentados. É simplesmente o caso do preconceito quanto ao mármore branco, apontado como o mais valioso, quando na realidade não existe essa discriminação.



Mármore prejudicado pelo convencionalismo

Já o caulim, utilizado como carga de enchimento para borracha, massas plásticas, refinação de açúcar, tintas, papel, etc., é exportado

in natura e suas jazidas em Equador são pequenas, se bem que de alta qualidade. Ele é um minério que em função da quantidade, tem emprego de maior ou menor natureza, e suas reservas no Estado oficialmente, são pequenas, não havendo inclusive conhecimento preciso para dizer a curto prazo se existem ou não viabilidade econômica.

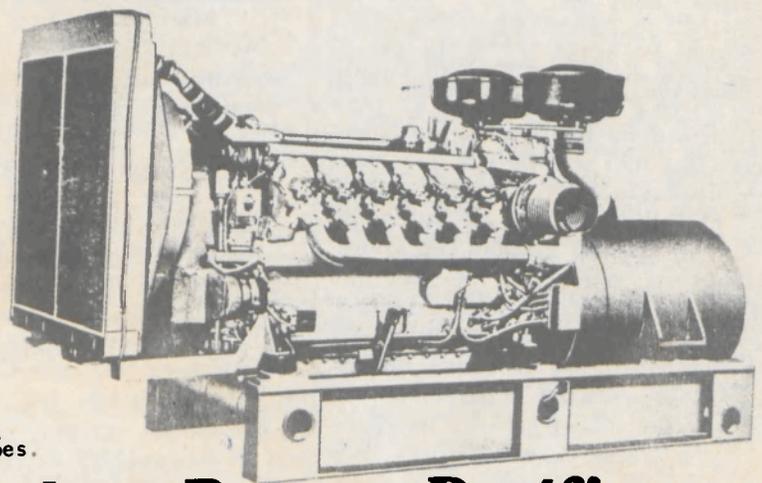
O Rio Grande do Norte perdeu já há muito a primazia de maior produtor de gesso, estando hoje a maioria da produção de minério concentrada nos Estados de Pernambuco e Ceará, que possuem reservas de fácil extração.

O problema do gesso aqui se torna mais crítico em virtude dos problemas técnicos existentes, além do custo de exploração ser bastante elevado. As perspectivas são de transformar o gesso existente no Estado em produto de alto valor específico.

Finalmente, existe o calcário para não falar de outros minérios de menor importância, que vêm sendo explorado para o fabrico de cimento. É de boa qualidade o calcário de Baixa Verde, sendo utilizado como carga e como corretivo de solo, entre outras coisas. A grande perspectiva para esse minério está na sua exploração para a fabricação da barrilha, da qual é um dos componentes de maior importância. Somente na região de Mossoró, a Areia Branca calcula-se em 4 milhões de toneladas as reservas de calcário existentes. E ainda não se conhece nenhum estudo sobre as reservas de Macau e São Bento do Norte.

O MESMO VIGOR DE HÁ VINTE ANOS!

O seu carro, mesmo de modelo antigo, pode ter um motor tão vigoroso e econômico quanto o de um carro novo. CYRO CAVALCANTI tem modernas retíficas e máquinas auxiliares para operar essa transformação em motores Diesel ou a gasolina. É aceita motores para reparo ou troca, pelas melhores condições.



Cyro Cavalcanti Auto-Peças e Retífica

Av. Duque de Caxias, 170 - Ribeira - Fones 2-2234 e 2-2072

Cyrauto Peças e Retífica

Rua Dr. Mario Negocio, 1504 - Alecrim - Fones 2-3963 e 2-4830

Vai chegar o dia em que o RN produzirá 6 milhões de sacos de açúcar por ano

Um órgão atuante e dinâmico, preocupado com a problemática da agro-indústria açucareira brasileira, o Instituto do Açúcar e do Alcool tem sido, ao longo dos anos, uma presença constante junto aos que fazem essa atividade em todo o Brasil. No caso do Rio Grande do Norte, em particular, a delegada Maria Alzir Diógenes tem procurado por em funcionamento todos os meios pelos quais a ação do órgão pode significar uma presença cada vez mais efetiva.

Nos últimos tempos a participação do IAA no Vale do Ceará Mirim, por exemplo — na região considerada mais fértil e apropriada para a cultura canavieira, no nosso Estado — se resumiu praticamente ao financiamento para a fusão das Usinas Ilha Bela e São Francisco, que se transformaram na hoje Companhia Açucareira Vale do Ceará Mirim. Uma ação isolada, mas de uma significação transcendental: não houvesse a fusão — após estudos que a indicavam como única solução para um problema que se agravava dia a dia — e atualmente o cultivo e beneficiamento da cana de açúcar no Rio Grande do Norte estariam não se sabe em que bases de dispersão.

O financiamento, da ordem de mais de Cr\$ 32 milhões, foi concedido em obediência à Lei n.º 1.186/71, que determina, orienta e executa a política de incentivo aos projetos de fusão de usinas canavieiras, com prazo variável até 15 anos, para amortização. E se destina à aquisição de maquinaria, programa de modernização da agro-indústria, renovação do parque industrial, indenização de fornecedores, encargos trabalhistas, compo-

ção de passivos, preparo de terrenos, fundação de novas lavouras, etc.

A nóvel Companhia Açucareira Vale do Ceará Mirim já está usufruindo desse financiamento, com cotas liberadas em tempo hábil pelo Banco do Brasil, e isto comprova a coerência entre a fusão e a resposta do Instituto do Açúcar e do Alcool com o financiamento.



Maria Alzir Diógenes:

"o Rio Grande do Norte será uma força cada vez mais representativa na safra brasileira"

PROJETOS E DRENAGEM

Quando estiver em plena florescência toda a capacidade do Vale do Ceará Mirim, quanto ao cultivo, colheita e beneficiamento da cana de açúcar, só aquela região terá capacidade de produzir três milhões de sacos de açúcar, por safra. Todo o Estado, no entanto, poderá atingir os seis milhões de sacos, no dia em que todas as arestas estiverem aparadas e todos os percalços estiverem superados, com relação à indústria açucareira entre nós. Hoje,

o Estado tem uma cota oficial determinada pelo IAA de 600 mil sacos, que poderá ser atingida na próxima safra — e sê-lo-ia plenamente não houvessem ocorrido as enchentes de final de abril, que prejudicaram grandemente as plantações. Os dois milhões de sacos poderão representar a produção do Estado dentro de no máximo dois anos, continuando como está hoje o interesse dos plantadores e dos beneficiadores, e nessa época o Vale estará tranquilamente com uma produção de um milhão de sacos.

Esses cálculos reais, partidos de premissas absolutamente corretas, vêm a propósito de outras duas ações do Instituto do Açúcar e do Alcool, no Vale do Ceará Mirim: em decorrência do financiamento para a fusão das Usinas São Francisco e Ilha Bela, o IAA está também concedendo empréstimos a fornecedores; e com o DNOS assinou convênio de Cr\$ 5 milhões, para drenagem da parte baixa do Vale.

No primeiro caso, alguns projetos já foram recebidos pelo Instituto, para estudos preliminares (todos com reais possibilidades de serem a ser deferidos) e um deles já recebeu aprovação: o do fornecedor Múcio Vilar Ribeiro Dantas. No caso do DNOS, as obras decorrentes da finalidade do documento e da aplicação da verba já estão em execução, com excelentes resultados, diz a delegada Maria Alzir Diógenes, representando mesmo uma medida de urgente necessidade, pois a área determinada ficou excessivamente inundada, prejudicando sensivelmente o canavial.

RN NO PLANALSUCAR

Uma das metas mais perseguidas pela delegada Maria Alzir Diógenes, para aquinhoar o Rio Grande do Norte com benefícios de reais possibilidades futuras, dentro dos programas nacionais do Instituto do Açúcar e do Alcool, é incluir o Estado no PLANALSUCAR — Programa Nacional de Melhoramento da Cana de Açúcar. Trata-se de um plano que instala e mantém estações experimentais de cultivo da cana e que em Alagoas, por exemplo, atua hoje com experimentos de plantação em taboleiros e encostas, com a melhor rentabilidade.

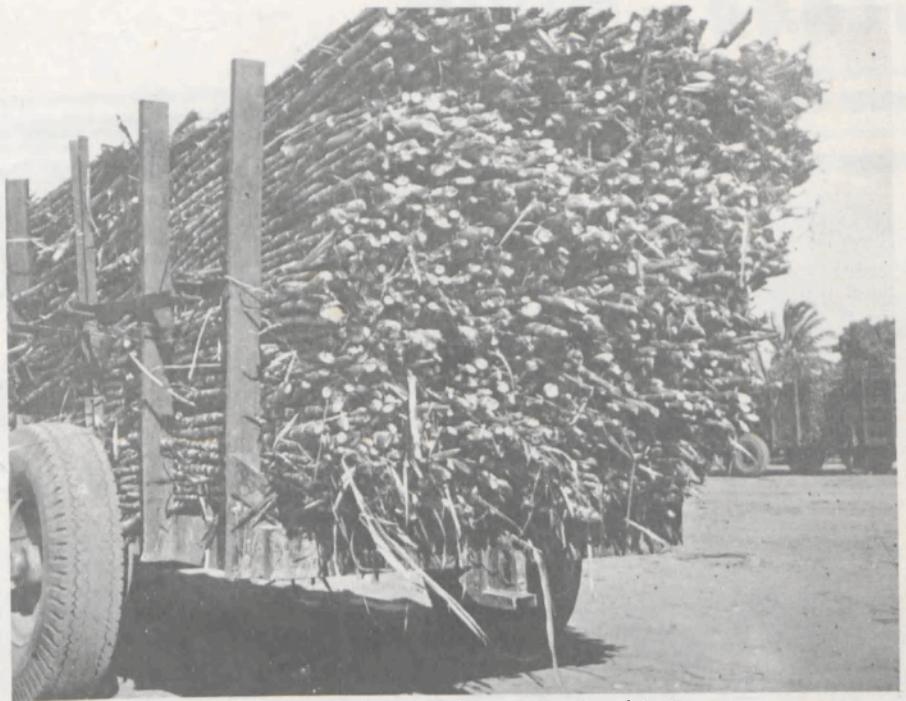
— “O problema da cana não é o ciclo vegetativo” — diz Maria Alzir. “Às vezes, a cana é bonita, mas não tem produtividade”.

O objetivo do PLANALSUCAR é nivelar os custos agrícolas de forma que sejam alcançados pelo Nordeste as mesmas condições predominantes no Centro-Sul. E para isto o seu plano assistencial propicia a melhoria da renda e da produtividade na economia açucareira, pela utilização de matéria prima de melhor qualidade do que a presente-mente produzida.

No Rio Grande do Norte urge a utilização de melhores variedades, através do fornecimento de sementes selecionadas e embora isto esteja sendo conseguido com importação de sementes de outros Estados (principalmente Pernambuco) observa-se quase sempre a inadaptação às condições locais — o que obviamente redundará em prejuízos para o produtor.

Assumindo a Delegacia do IAA em 1970, em abril de 1972, Maria Alzir Diógenes enviou à direção do órgão uma sugestão para aproveitamento da Fazenda Massangana, de propriedade do Ministério da Agricultura, como sub-estação experimental do PLANALSUCAR, em nosso Estado.

— “Uma sementeira própria seria o ideal” — diz ela — “e mais ideal ainda seria o aproveitamento da fazenda que o Ministério da Agricultura possui em Massangana, em plena zona canavieira do Estado, e que se encontra praticamente ociosa”.



Vale do Ceará Mirim terá capacidade de produzir três milhões de sacos de açúcar, por safra.

A cessão dessa fazenda, no entanto, depende de entendimentos entre o Ministério da Indústria e Comércio — a que está afeto o IAA — com o da Agricultura, e para isto está havendo contatos.

A Fazenda Massangana está localizada no município do Ceará Mirim, abrangendo uma área de 200 hectares, distando oito quilômetros da sede municipal e 34 de Natal. Liga-se a toda a zona canavieira através de rodovias (em grande parte pavimentadas) e ferrovias da REFFSA. Encravada na margem do rio Ceará Mirim, tem aproximadamente 20 ha. de várzeas de formação orgânica, com relevo plano e precipitação pluviométrica superior a 1.000 mm, o que lhe confere condições edáfo-climáticas ideais para o cultivo da cana, o que beneficiaria todo o Estado.

Transformada numa unidade de multiplicação de sementes selecionadas, ela propiciaria ainda instalação de um campo de pesquisa e experimentação agrônômica da cana de açúcar.

Permanece, então, o IAA local lutando pela solução desse problema, agora com o alentador fato de se saber que o RN virá a ser incluído no PLANALSUCAR, em decorrência mesmo do interesse e das justificativas da Delegacia local. O Programa Nacional de Melhora-

mento de Cana de Açúcar, criado em 1971, tem a duração de sete anos. Restam-nos três anos e meio para usufruir os seus benefícios — tempo suficiente, se contado a partir de agora, para que muita coisa boa seja assumida em termos de aproveitamento.

Enquanto isto, e porque os vãos mais altos requerem as injeções burocráticas, o Instituto do Açúcar e do Alcool no RN vai se fazendo presente através de uma ação de sentido altamente comprovado: no caso da assistência social ao trabalhador rural, por exemplo, foi quem construiu o Hospital-Maternidade de Ceará Mirim, em 1953, entregando-o a uma associação criada para a finalidade, que o entregou recentemente à Prefeitura do município. Para a Casa do Agricultor, órgão criado pelo Governo do Estado, e ligado à Secretaria de Agricultura, doou Cr\$ 300 mil, que foram aplicados na aquisição de tratores.

— “Assim continuaremos, sempre atentos aos problemas que surgirem” — diz Maria Alzir Diógenes — “procurando sempre solucioná-los na esperança de que não muito tarde seremos no Rio Grande do Norte uma força cada vez mais representativa na safra brasileira de 125 milhões de sacos, que coloca o nosso País na invejável condição de primeiro produtor de açúcar do mundo”.

CEARÁ - MIRIM

ADMINISTRAÇÃO EFICIENTE O VALE A UM FUTURO

Antes da posse de Ruy Pereira Junior, a Prefeitura possuía um automóvel imprestável. Agora, existe uma frota de sete veículos inclusive uma Patrol. Na foto abaixo, a Prefeitura realiza melhoramentos nas estradas do município.



CONDUZ MELHOR

Quando o atual Prefeito de Ceará-Mirim assumiu o cargo, há um ano e meio, encontrou a Prefeitura numa situação de quase caos, como ele próprio define o fato de haver um saldo, nos cofres públicos, de apenas Cr\$ 3.930,06 e uma Dívida Ativa da ordem de Cr\$ 212.644,21. Somente à COSERN se devia Cr\$ 79.991,25. Ao final do seu primeiro ano de mandato, no entanto, Ruy Pereira Junior podia apresentar, em sua primeira Mensagem à Câmara Municipal, números bem mais representativos: deixava, por exemplo, para 1974, um saldo líquido de Cr\$ 133.135,77 depois de haver manuseado uma receita de Cr\$ 1.378.557,32 para uma despesa de Cr\$ 1.365.937,43 da qual a maior parte havia sido aplicada na Educação: Cr\$ 141.123,46.

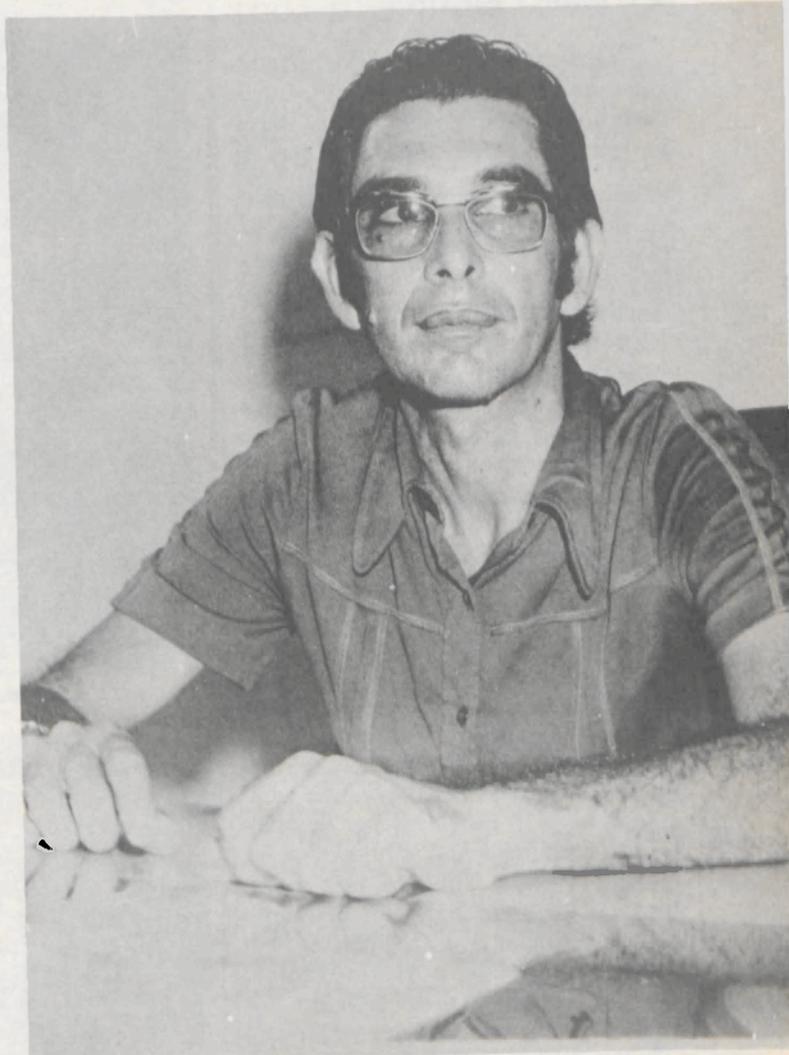
O pagamento do funcionalismo público estava atrasado, quando de sua posse; o recolhimento ao INPS não era feito desde vários meses e o Fundo de Garantia a partir de 1967 deixara de ser enviado aos bancos. A edilidade não possuía um transporte em condições de rodar — o único automóvel existente estava mais para conserto do que para revisão e apenas uma ambulância, pertencente ao INCRA, tinha boas condições de rodagem.

Atualmente, a dívida da COSERN está para ser saldada, depois que foi conseguido um parcelamento; as contas do INPS e do FGTS estão em dia; e a frota de transportes da Prefeitura consta de sete veículos, inclusive uma Patrol. Apenas um ano e meio depois.

VERDADE E PUNIÇÃO

Ruy Pereira Junior começou a exercer sua função de Prefeito sendo um Prefeito de fato: pela primeira vez na história de Ceará-Mirim um edil dá expediente diário e completo (pela manhã) e tem um dia marcado para audiências públicas. E se interessa não apenas pela ordenação do que estava conturbado ou pela conservação do que existia, como também pelas coisas novas que podem e devem chegar, representando para o município a sua integração na arrancada desenvolvimentista que hoje é uma constante no Brasil, de ponta a ponta.

A posse por si só já foi um duro teste para a sua resistência moral e serviu, certamente, de respaldo ao



Prefeito Ruy Pereira Junior, uma vocação administrativa comprovada.

interesse já determinado de trabalhar por sua terra: injunções políticas levaram ao Supremo Tribunal Federal querelas domésticas, de campanhas políticas, na tentativa de impedir o seu assento na Prefeitura. A verdade, no entanto, sobressaiu límpida e cristalina — diz ele — punindo os detratores.

— “Passada a borrasca” — acrescenta Ruy—“a ordem era arregaçar as mangas e trabalhar. E isto é o que temos feito, eu e meus auxiliares, sem os quais evidentemente não teria conseguido tanto em tão curto espaço de tempo”.

Ano e meio depois de empossado, o Prefeito de Ceará-Mirim já pode apresentar um saldo mais do que positivo em seu favor — porque exhibe o resultado de um trabalho começado praticamente do nada.

CEARA - MIRIM

ESTRADAS E SAÚDE

Dedicando ao setor de estradas uma atenção especial e um quase carinho administrativo, Ruy Pereira Junior entende que é das vias de comunicação que nasce todo o fluxo desenvolvimentista de uma região, de um município, de uma cidade. E por isto tem dado à construção e conservação de estradas uma atenção prioritária, não raro empregando recursos próprios particulares, para a abertura de caminhos novos, como fez recentemente com uma estrada que liga uma povoação do município a uma propriedade sua.

As estradas vicinais, encontrou em péssimo estado de conservação. Recuperou-as, assim como algumas intermunicipais, alargando outras, dando-lhes condições de trânsito duplo. E construiu também. Como se trata de um serviço que implica em gastos vultosos, esse setor caminha a passo mais lento. No entanto, considerando-se o curto espaço de tempo da ação da atual administração, muita coisa realmente está feita. Como a estrada Ceará-Mirim-Mineiro, via Capela; a Ceará-Mirim-Muriú, via Coqueiros; a Muriú-Jacomã, que deu condições de trânsito aos ônibus e automóveis que trafegam em demanda da orla marítima. A estrada Morrinhos-RN-3 foi totalmente construída, para ligar o município ao de Touros, assim como seis quilômetros novos na estrada de acesso a Muriú e mais cinco quilômetros ligando Morrinhos a Boa Vista. A estrada Coqueiros-Aningas foi recuperada e alargada e recebeu, como as outras, sinalização e siglas, exigidas pelo Fundo Rodoviário Nacional.

A criação da Secretaria de Saúde foi a primeira providência de Ruy Pereira Junior, com relação a esse setor. Posteriormente, a Prefeitura tomou a si os encargos da Maternidade local, construída há anos pelo IAA e administrada, até então, por uma sociedade assistencial: com um débito da ordem de Cr\$ 100 mil, a Maternidade estava sem condições de sobrevivência. Hoje, dirigida pelo médico Lázaro Betama de



A construção, recuperação, alargamento das estradas de Ceará-Mirim tem sido uma preocupação do Administrador.

Faria (também Secretário de Saúde) está em vias de ser transformada numa Fundação, da qual participarão a Prefeitura, o IAA e a Universidade Federal do RN, que já mantém no município um setor do CRUTAC.

Várias campanhas de vacinação foram levadas a efeito (tifoide, varíola, sarampo) e um serviço volante de assistência odontológica percorre os distritos diariamente. Seis mini-postos estão instalados em Coqueiros, Jacomã, Muriú, Aningas, Primeira Lagoa, Capela e Mineiro, atualmente fechados enquanto se faz recuperação física das instalações e as atendentes fazem estágio na Maternidade.

O setor Saúde mantém ainda convênios com o FUNRURAL e com a Fundação SESP, e a Maternidade tem médico e dentista permanentes.

ENERGIA ELÉTRICA

A recuperação da rede de distribuição de energia elétrica da cidade já foi completada, na administração Ruy Pereira Junior, com troca de postes, fios e luminárias, inclusive da avenida Presidente Café Filho. No mês de janeiro, foi inau-

gurada a eletrificação do distrito de Muriú, obra que custou Cr\$ 184.000,00 — dos quais a Prefeitura participou com Cr\$ 84 mil, sendo os 100 mil restantes conseguidos junto ao Ministério de Minas e Energia.

De orçamento idêntico, a ser pago da mesma maneira, serão os sistemas de eletrificação dos distritos de Capela, Boa Vista, Coqueiros e Capoeira Grande. A Prefeitura integraliza a sua parte com verba do Fundo de Participação dos Municípios.

— “Quero ressaltar a colaboração da COSERN nos serviços que tem executado em nosso município” — diz o Prefeito — “principalmente quanto à eletrificação de Muriú, para a qual foi dada prioridade e que foi completada em tempo recorde”.

Ainda nesse setor, ele cita o empenho do chefe do gabinete do ex-Ministro Dias Leite, de Minas e Energia, dr. Anauró Dantas Ribeiro, que muito colaborou para a execução do programa energético do município.

É pensamento do Prefeito criar a Cooperativa de Eletrificação Rural, para fornecimento de energia mais barata e franca, aos pequenos proprietários rurais.

A EDUCAÇÃO TEM RECEBIDO APOIO MACIÇO DA PREFEITURA. EXISTEM 5.000 CRIANÇAS MATRICULADAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS.



O apoio ao MOBREAL tem sido permanente.



A vitória de Ruy no Supremo Tribunal Federal mereceu missa de ação de graças e grande comemoração popular.



ÁGUA E ADMINISTRAÇÃO

Ceará-Mirim, hoje, já possui serviço de abastecimento d'água, implantado há alguns anos. No entanto, o passar dos tempos já tornou insuficiente esse sistema e a própria água que é consumida carece de uma melhor qualidade. Foi fundamentado nestas verdades que o Prefeito Ruy Pereira Junior manteve entendimentos com a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte— CAERN, no sentido de solucionar o problema. Concomitantemente, instituiu uma comissão (dois membros da CAERN, um da Prefeitura) para efetuar o levantamento físico do SAAE (Serviço Autônomo de Águas e Esgotos, órgão municipal), que deverá ser incorporado à companhia estadual. Após esse processo, a CAERN tratará de conseguir junto ao Banco Nacional de Habitação recursos para construção de uma adutora, numa fonte existente próximo à cidade. Hoje, Ceará-Mirim consome água extraída por poços tubulares; passará a ser abastecida com um líquido de melhor qualidade e mais purificado, extraído da fonte de Santa Isabel, a sete quilômetros da cidade.

Diz o Prefeito que o valor do acervo da SAAE a municipalidade receberá em ações da CAERN, entrando também com 25% do valor total do empreendimento que redundará no novo sistema de captação d'água.

Ainda com relação ao abastecimento d'água, é válido salientar a recuperação do poço tubular Muriú II, na praia vizinha, além da recuperação dos poços de Alto do Sítio, Boa Vista e Rio dos Índios. Com a ajuda da SUDENE, serão construídos mais oito unidades no município.

Quanto à Administração propriamente dita, Ruy Pereira Junior faz questão de frisar em primeiro lugar: o funcionalismo está rigorosamente em dia. O Serviço público dispõe de sete viaturas para as suas necessidades. E foi reformado, internamente, o prédio onde funciona a Prefeitura, com adaptação de novas salas e aqui

Ruy Pereira Junior:

"ESTA TERRA É PRÓDIGA. ESTE VALE É UMA BENÇÃO DA NATUREZA. VAMOS TRABALHÁ-LO PARA USUFRUIR A RIQUEZA QUE DELE PODERÁ ADVIR."

sição de mobiliário e máquinas. A Câmara Municipal está realizando as suas sessões em prédio também adaptado na atual administração.

Com relação à Prefeitura, há a destacar ainda que Ruy Pereira Junior fez doação ao município de um prédio de sua propriedade particular, o antigo Palacete Antunes, um casarão de linhas arquitetônicas coloniais — e onde deverá ser instalado o executivo municipal.

O prédio será reformado, observando-se a sua arquitetura, e dentro de alguns meses receberá o gabinete do Prefeito e outros setores diretamente ligados à administração. Com referência à observância das linhas arquitetônicas do prédio, diz o Prefeito que isto é uma exigência do documento de doação: a municipalidade terá sempre que manter o velho palacete dentro de sua estrutura

original e na hora em que ocorrer uma quebra dessa exigência, o próprio voltará à família do doador. Este cuidado tem a sua razão de ser, pois o antigo Palacete Antunes é, realmente, um imponente remanescente da época de ouro do Vale do Ceará-Mirim, dos antigos senhores de engenho, quando na região existiam cerca de cem usinas, transformando a área numa das mais ricas do Nordeste.

EDUCAÇÃO — MOBRAL

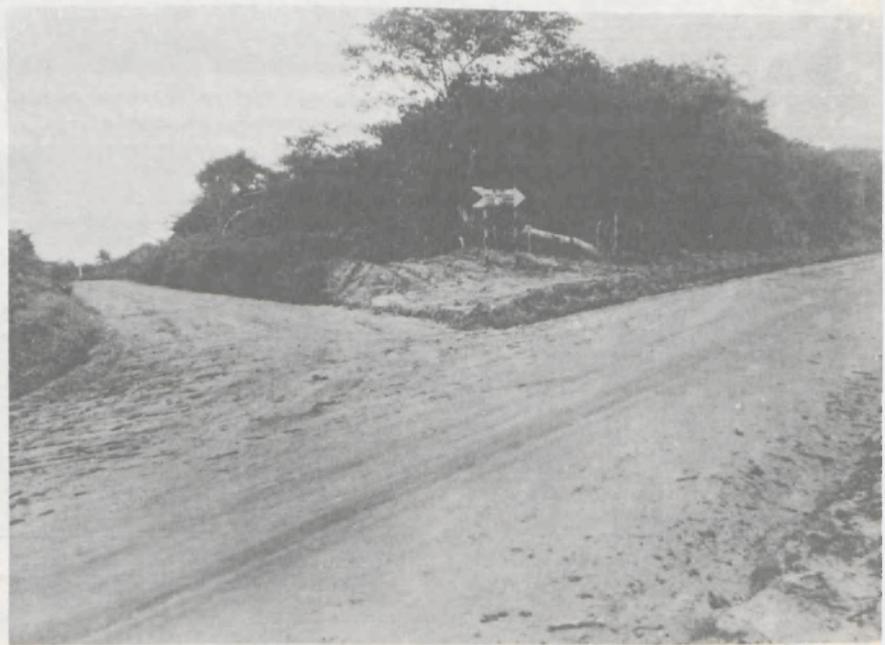
Atualmente, existem cerca de 5.000 alunos matriculados nas escolas do município de Ceará Mirim. A Secretaria de Educação, que tem como titular o Cônego Rui Miranda, elevou de 80 para 132 o número de professores (que estão com pagamento em dia, pela primeira

vez, inclusive os períodos de férias) e todos percebem salário/hora, na base do salário mínimo regional. Quarenta e uma escolas municipais estão espalhadas pelos diversos Distritos e recentemente a Prefeitura promoveu reparos em todas elas.

Está nos planos do Prefeito Ruy Pereira Junior a construção da Escola de Miriú, cujo terreno já foi adquirido, assim como unidades também em Massaranduba, Caiana, Taboão e outra na cidade.

A Prefeitura distribuiu recentemente Cr\$ 50 mil de bolsas de estudos para alunos matriculados na primeira série do primeiro ciclo e firmou convênio com a Merenda Escolar, que está sendo distribuída normalmente, entrando o município com o pagamento das merendeiras.

• Trecho da estrada nova, construída pela Prefeitura, que diminui em 3 quilômetros o percurso Ceará-Mirim — Muriú. Ao lado, instalações do poço tubular Muriú-2.





Na inauguração do monumento a Augusto Meira, o Prefeito levou o historiador Câmara Cascudo a Ceará-Mirim (foto à esquerda). No alto, à direita, o Palacete Antunes, reminiscência da era colonial, doado por Ruy Pereira Junior para, depois de recuperado, servir de sede ao Executivo Municipal. Abaixo, prédio construído pela Prefeitura para o programa do INAN.

Após levantamento físico exigido como item contratual, a municipalidade de Ceará Mirim firmou convênio também com o MOBREAL para erradicação do analfabetismo no município.

Com relação ao MOBREAL, há a observar o seguinte: hoje existem oito postos no município e 516 alunos já foram alfabetizados no programa de Alfabetização Funcional, 144 no Desenvolvimento Comunitário e 121 na adequação deste último programa à realidade do RN. A supervisora municipal do Mobreal é Inês Rocha da Silva, que assiste os oito postos em todas as suas necessidades, levando sempre ao Prefeito os resultados do anda-

mento dos convênios. O Prefeito, por outro lado, compareceu, sempre aos atos de entrega de diplomas dos vários cursos.

CONCLUINDO

Afora tudo isto, o Prefeito Ruy Pereira Junior acaba de firmar convênio com o SERFHAU, para levantamento imobiliário de Ceará-Mirim, a partir do que se fará o cadastramento da cidade.

O SERFHAU está participando com Cr\$ 90 mil nesse convênio e Ceará-Mirim está sendo um dos municípios/piloto em que o levantamento é executado — um programa que abrange as mais importantes comunas de todo o País.

— “Chegamos à Prefeitura de Ceará Mirim por caminhos muito difíceis” — diz Ruy — “depois de, por muito tempo, relutarmos em aceitar a indicação do nosso nome para o cargo. A luta que empreendemos e a necessidade premente do município transformaram nossa disposição: hoje, cada vez mais estamos dispostos a trabalhar em benefício desta terra. E assim o faremos, enquanto tivermos forças, enquanto contarmos com o apoio dos vereadores e do funcionalismo público, de modo geral, e enquanto houver alguma coisa a trazer para cá. Esta terra é pródiga, este Vale é uma benção da natureza. Vamos trabalhá-lo, para usufruir a riqueza que dele poderá advir”.

Como extinguir a oligarquia nos órgãos de classe?

Reportagem de SEBASTIÃO CARVALHO

À medida em que os anos passam, cada vez mais causa espécie um to relacionado com os órgãos de apresentação da classe empresarial do Rio Grande do Norte, mais precisamente quanto aos processos de eleição das suas diretorias: quando são reeleitas indefinidamente as mesmas pessoas que se sentam nos principais cargos, dá-se o simples rotio entre elas, num processo que muitos consideram oligárquico ou, no mínimo, decorrente do descaso.

— “Os empresários, de modo geral, acham ótimo ter uma entidade de classe, para defender os seus interesses” — diz José Resende Filho — “mas na hora de se precisar deles para desempenhar uma função eletiva, reclamam da falta de tempo, obstruem o convite com os fazeres particulares”.

O ponto de vista de José Resende, para justificar a permanência ou o odioso nos cargos de direção das entidades da classe empresarial norte-riograndense é, a rigor, o de qualquer comerciante ou industrial consultado sobre o assunto. Eles querem dizer que é difícil alguém aceitar um cargo de direção de uma entidade. Na hora de fazer força, todos desamarecem” — acentua Resende.

— “Hoje existe uma completa afinidade entre os nossos quatro órgãos de classe” — diz João Costa, das Casas Porcino. “Na hora em que surge um problema, todos se unem na procura da solução adequada”.

O coronel da reserva do Exército Manoel Leão Filho, assessor da

presidência da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte, esclarece:

— “A FIERN advoga e defende os interesses do industrial norte-riograndense seja a sua empresa sindicalizada ou não, exista ou não sindicato filiado. Não nega ajuda ou apoio a qualquer entidade, do comércio, da indústria e até da agropecuária, e isto é uma norma da nossa diretoria”.



Reginaldo Teófilo se mantém há muitos anos na Federação do Comércio.

O esclarecimento vem a propósito de outro fato que intriga os que observam o funcionamento desses órgãos: no caso específico da Federação das Indústrias, por exemplo, as principais categorias econômicas

do Estado não possuem sindicatos e, conseqüentemente, não são filiadas à entidade que foi fundada graças a sindicatos criados, tempos atrás a *toque-de-caixa*, para se alcançar o número exigido por lei, para a sua constituição.

NAS OUTRAS TAMBÉM

A Federação do Comércio do Estado do Rio Grande do Norte há muitos anos funciona na base do continuísmo, apesar de diferir do regime que, por exemplo, existe na Federação das Indústrias, onde se chega a notar sensíveis laços de parentesco entre os presidentes dos sindicatos filiados e o presidente do órgão central. Na Federação do Comércio o sr. Reginaldo Teófilo da Silva há muitos anos vem se reelegendo presidente, o mesmo ocorrendo no Sindicato do Comércio Varejista do Rio Grande do Norte, onde se assenta o deputado Marcílio Furtado há mais de dez anos, afastado agora por força de desincompatibilização, para poder se recandidatar a uma cadeira na Assembléia Estadual.

Para a Associação Comercial a coisa muda de figura: considerada “a prima pobre” das entidades patronais dos empresários, ela possui, no entender dos próprios diretores, “uma sorte madrasta”, porque tem de viver às próprias expensas, sem subvenções ou ajudas compulsórias, como ocorre com as federações, os sindicatos, etc. Lá se observa o sis-

tema de rodízio e raramente um presidente é reeleito. Porque não quer mesmo.

O mesmo rodízio se dá no Clube de Diretores Lojistas de Natal e está para ocorrer na Federação dos Clubes de Diretores Lojistas do Rio Grande do Norte, da qual o sr. José Resende Filho é o primeiro presidente.

— “E sou também vice-presidente da Federação do Comércio, além de conselheiro do Sindicato do Comércio Varejista” — diz ele, explicando que o acúmulo de cargos é outra prova de que são poucos os homens com que as entidades contam para os cargos de direção. “Eu e João Olímpio, certo tempo atrás, estávamos em tudo que era direção. Eramos uma espécie de *burros de carga*; ninguém queria trabalhar e como nós aceitávamos, éramos logo indicados”.

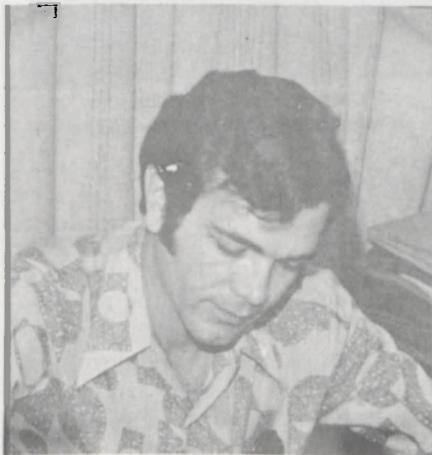
Hoje João Olímpio é presidente do Sindicato do Comércio Varejista, em exercício, substituindo Marcílio Furtado, na qualidade de vice-eleito. E conselheiro de outros órgãos.

O CASO DAS INDÚSTRIAS

Ainda hoje os industriais do beneficiamento de algodão (mais de vinte empresas, em todo o Estado), dos minérios, do couro, das confecções, da hotelaria, das gráficas e editoras, do sisal, e já agora também da fiação e tecelagem, não tiveram interesse de fundar sequer as suas associações, que serão transformadas em sindicatos, como determina a lei. Atualmente apenas dois sindicatos de porte integram a lista de filiados da Federação das Indústrias: o da Indústria da Extração do Sal e o das Indústrias da Construção e do Mobiliário do Rio Grande do Norte —



Expedito Amorim segue o mesmo caminho de Reginaldo.



Garibaldi Medeiros diz que as confecções estão ausentes da FIERN.

e neste último caso, conquanto a nomeação seja estadual, existe um congênere exclusivo de Mossoró.

Afora esses, a FIERN tem ainda filiados os sindicatos da Panificação, da Indústria de Doces e Conservas Alimentícias, da Indústria de Cerveja (?) e Bebidas em Geral, da Torrefação e Moagem de Café, e da Indústria de Sabão e Velas. Alguns algo inexpressivos, malgrado o fato

de qualquer atividade ser importante, mas quando comparados com outras categorias não filiadas. Oito sindicatos, ao todo. Três a mais de quantos existiam quando a Federação foi fundada, dos quais alguns foram extintos por força de diversas intervenções federais que sofreu, ao longo de sua existência.

— “A Federação não tem nada a ver com a constituição e fundação de sindicatos” — diz o sr. Manoel Leão Filho — “e isto naturalmente deve ser consequência do interesse de cada categoria industrial”.

Agora, provavelmente, porque a FIERN nasceu justamente da fundação antecipada, pelos seus idealizadores, de alguns sindicatos logo em seguida expurgados do rol de seus filiados, como a demonstrar a pressa com que se pretendia erigir a sua razão social. Como os Sindicatos das Indústrias de Peças, Acessórios e Reparação de Automóveis e o das Indústrias de Joalheria e Pedras Preciosas.

Uma verdade, no entanto, deve ser dita: a Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte, hoje com apenas oito sindicatos agregados, não possui maior número deles porque os próprios industriais “pecam pela omissão”, como diz José Resende.

— “Realmente, não temos ainda a nossa associação de classe, o nosso sindicato, por puro descuido” — diz Francisco Seráfico Dantas, plantador e beneficiador de algodão, entrosado também no ramo de fiação e tecelagem. “Acho a entidade classista uma necessidade, mas nunca se teve o cuidado de tratar do assunto. Essa entidade precisa ser criada, sem dúvida, mas o nosso descuido vem perdurando de ano para ano”.

A confissão de Francisco Seráfico

Previsão do tempo para 74: frio em todo o Norte e Nordeste do País.

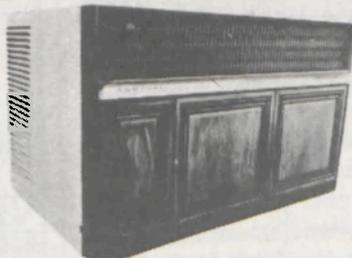
Desenvolvimento é isto: você faz clique e transforma um calor de doer num friozinho bem gostoso.

Desenvolvimento é conforto. No seu lar. No local onde você trabalha.

As pessoas sempre rendem mais quando a temperatura do ambiente é ideal.

A mente fica mais rápida. Os reflexos melhoram. A produtividade aumenta.

Na verdade, não é vantagem uma



Condicionador de ar
Springer Admiral

produzido com o apoio da SUDENE, do BNE e CONDEPE.

indústria de condicionadores de ar fazer sucesso numa região quente.

A vantagem está na conquista da preferência do público dentre muitas marcas.

Springer Admiral é o condicionador de ar preferido em todo o Brasil.

Uma das provas de inteligência das pessoas, aliás, é escolher o melhor.

A Springer Admiral sempre acreditou na inteligência de todos os brasileiros, de norte a sul.



REVENDEDOR AUTORIZADO

RECOMAPE

MATRIZ — Rua Dr. Barata, 262

FILIAL — Praça Augusto Severo, 91 — Foz de Iguaçu — 2-1407 e 2-1411

co é corroborada por Garibaldi Me-
deiros, das Confecções Soriedem,
que ao lado das Confecções Guara-
rapes, Reis Magos, Dinan, Contê,

Broadway e, agora, das do grupo
EUB e Alpargatas, formam o que o
nosso parque industrial tem de mais
latente e positivo:

— “Ninguém ainda encabeçou
um movimento para fundarmos a
nossa associação, o nosso sindicato
ou qualquer outra entidade classista
que nos reuna. Sou de opinião que
devemos tê-la”.

No caso da Federação do Co-
mércio, muitas categorias também
não são filiadas, como por exemplo
a dos revendedores de automóveis.

— “Somos filiados a uma enti-
dade de caráter nacional” — diz
José Pinto Freire, da Distribuidora
Seridó. “Trata-se da ABRAVE —
Associação Brasileira de Revendedo-
res Autorizados Wolkswagen. E so-
mos sócios da Associação Comercial
e do Clube de Diretores Lojistas”.

Na Federação, tanto ele como
os outros não entram porque não
têm sindicato. Mas todos podem
usufruir dos benefícios que o órgão
oferece aos comerciantes e aos comer-
ciários. E é a partir daí que começa
a se justificar plenamente até a oli-
garquia ou a “monarquia” sistemáti-
cas dos processos eletivos das duas
entidades-mães.

Tanto a Federação das Indús-
trias quanto a do Comércio possuem
hoje uma larga folha de bons servi-
ços prestados às classes que congregam,
extensiva a todos, independen-
te de filiação.

— “Esse pessoal é reeleito por-
que está agindo certo” — diz João
Costa. “A Federação do Comércio lo-
cal é hoje uma das mais bem insta-
ladas do Brasil e isto se deve a Re-
ginaldo Teófilo, quer queiram ou
não. O serviço que o SESC e o SE-
NAC prestam ao comerciante é ines-
timável e qualquer curso que se pro-
mova, por exemplo, no SENAC, sem
a menor publicidade externa, rece-
be inscrição rápida de cem candi-
datos”.

— “Não acho que Exedito
Amorim seja um presidente perma-
nente da Federação das Indústrias”
— diz José Resende Filho. “Ele foi
reeleito porque fez uma boa admi-
nistração e está muito bem assesso-
rado. Ele fez uma coisa que muito
poucos fizeram em qualquer entida-
de de classe: dedicou-se completa-
mente à função de presidente. É
um full-time, que num dia de ativi-

dades corre de uma reunião com os
assessores para um encontro com o
Governador, de uma assembléia de
um órgão-irmão a uma reunião qual-
quer, para a qual, foi convidado,
por força do cargo que ocupa”.



João Costa: "esse pessoal se
reelege porque trabalha certo"

TODOS SÃO IGUAIS

Inimigos, as duas Federações
possuem, sem dúvida, dentro das
próprias classes. “São os que não sa-
bem ou não querem fazer nada e
ficam querendo botar argueiro nos
olhos dos outros” — diz o irreveren-
te José Resende Filho. E acrescenta:
“Particularmente, sou contra as
reeleições, mas se a gente não reele-
ger o sujeito que está trabalhando
certo, vai botar quem, se até os que
não estão fazendo nada não querem
nada com a coisa?”

Ele esclarece que no Clube de
Diretores Lojistas, onde o sistema de
reeleição praticamente não existe,
só uma caso assim ocorreu: Habib
Chalita foi presidente três gestões se-
guidas.

— “Mas foi ficando lá porque
havia começado a construir a sede
própria, cujo terreno eu havia com-
prado, na gestão anterior à sua” —
diz Resende. “Quiseram promover
minha reeleição. Não aceitei: não
iria ser incoerente comigo mesmo”.

No mais, as duas Federações,
como diz o cel. Manoel Leão Filho,
referindo-se à das Indústrias, traba-
lham em prol da classe, independen-
te de filiação. Perante elas, todos
são iguais. E uma prova rápida dis-
to pode ser dada, no caso do pes-
soal das confecções: a FIERN en-
viou recentemente proposição ao Mi-
nistério do Planejamento instando
a definição do Rio Grande do Norte
como área de implantação e desen-
volvimento de um parque têxtil de
sentido nacional. ●

dore®

Uma marca de tradição.
Há vinte anos, o nosso
melhor refrigerante. Com
sabor de coisa nossa.

GUARANA DORE
DORE-COLA
SODA LIMONADA DORE

Dore Cola
A SUA NOVA
OPÇÃO EM
REFRIGERANTES

SIDNEY C. DORE S.A.
Rua Silvio Pélico, 233
— Fone: 2.3472 NATAL

cessários ao ressarcimento das despesas requeridas à execução da obra e o Distrito continuará a dar assistência técnica gratuita ao fazendeiro, até a consolidação do projeto.

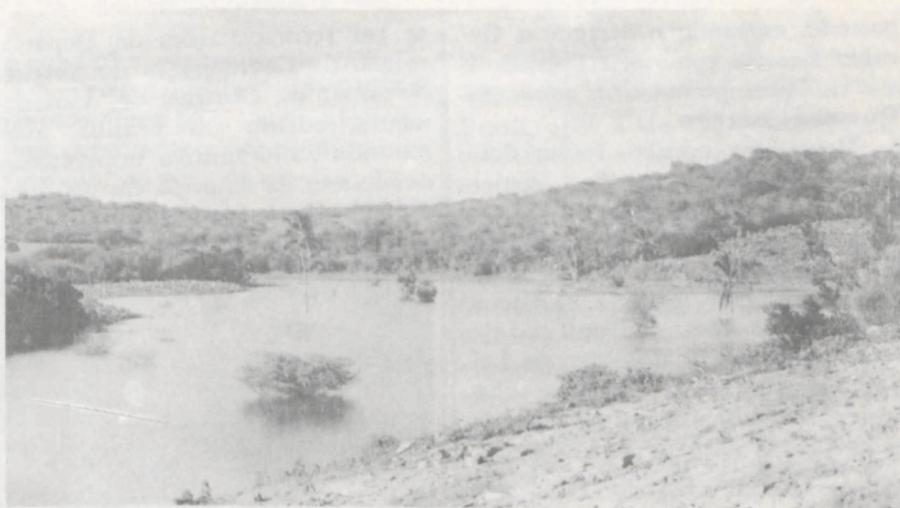
À guisa de informação, já se encontram em fase de execução, diversos estudos topográficos e aparelhamento de poços, em várias propriedades espalhadas no Estado, com equipamento do DNOCS.

ASPECTOS DIVERSOS

O Distrito do DNOCS no RN foi reestruturado através da Resolução 02, de 19 de abril passado, pelo Conselho Deliberativo do órgão, permanecendo à frente dele o engenheiro Carlos Queiroz. Pela nova estrutura, o 1.º Distrito de Engenharia Rural fica ligado à Diretoria Geral Adjunta de Operações por intermédio de uma diretoria de Engenharia Rural, sediada em Fortaleza.

Segundo informou o sr. Carlos Queiroz, alguns projetos já estão merecendo estudos topográficos na região de Mossoró, e tão logo o inverno passe, deverão ser acelerados, naquele setor, os trabalhos do órgão.

Vale salientar também que a área de atuação do 1.º Distrito do DNOCS abrange 97 por cento do Estado, uma vez que as áreas possíveis de ser irrigadas não vão além de 3 por cento.



AS DOTAÇÕES

As novas dotações consequentes da reforma por que passou o Distrito, são, segundo palavras de Carlos Queiroz, "praticamente ilimitadas, uma vez que o crédito é rotativo, ou seja: faz-se um orçamento estimativo da obra a ser avaliada e o DNOCS, por sua conta a executa, havendo no final um ajuste de custos que pode ser para mais ou para menos, conforme o projeto exceda ou não o preço estimado no início do mesmo".

OUTROS ASPECTOS

Quanto ao setor da grande irrigação, que envolve a educação técnica do agricultor, a canalização e abastecimento d'água, moradia, enfim, toda a infraestrutura necessária a um grande desenvolvimento

econômico, não é extensivo às novas atribuições do Distrito, ou por outra, nenhuma das antigas funções então pertinentes ao 5.º Distrito de Obras encontram-se vinculadas às novas funções do 1.º Distrito de Engenharia. Dentro da reforma em questão, esse setor da grande irrigação, que diz respeito a regiões de áreas úmidas, é parte afeta à Diretoria Regional do DNOCS, sediada em Recife, que atua no Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, e Fortaleza. Essa Diretoria Regional é que tem incumbência, a partir de agora, de construir barragens de controle de cheias e outras grandes obras de prioridade estadual. Portanto, está mais especificado o campo de ação de cada setor do DNOCS, o que vem facilitar o desenvolvimento rural de maneira mais coerente com as linhas gerais do plano desenvolvimentista do Governo. ●

ABASTECIMENTO

A CEASA VEM MESMO

Já foram iniciadas as obras de construção da futura Central de Abastecimento do Estado (CEASA-RN), ocupando 10,5 hectares dos 16,5 da área total do terreno situado próximo à Cidade da Esperança. Segundo contratos já firmados, as obras estarão concluídas até o fim do ano.

Informa o sr. Geraldo Bezerra, Secretário de Agricultura e também Presidente da Central, que a unidade irá possibilitar disciplina na comercialização de produtos horti-

frutigranjeiros, dentro dos mais altos padrões da moderna técnica de abastecimento, tendo como finalidade principal a melhoria das condições de compra, venda e consumo.

EMPRESA

A CEASA-RN, enquadrada na filosofia das demais Centrais de Abastecimento já implantadas — ou em implantação — em outros Estados do Brasil, foi constituída como empresa em setembro do ano



Wellington Leiros explica vantagens da CEASA

passado, entrando o Secretário Geraldo Bezerra como seu Presidente e o sr. Wellington Leiros como seu Diretor-Financeiro.

Na mesma ocasião, foram definidas as seguintes questões: participação de acionistas no capital social; localização na cidade de Natal; financiamento; contratos de construções. Na segunda quinzena de janeiro, a Câmara Municipal de Natal aprovou o projeto de Lei que autoriza a Prefeitura a subscrever 400 mil ações ordinárias da empresa, no valor de Cr\$ 400 mil, isto é, 4,76% do capital social global.

Para formar o "bolo" de Cr\$ 8.600.000,00, correspondente ao capital social global, associaram-se o Governo Federal — através da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) —, com 51,3% das ações; o Governo do Rio Grande do Norte — e mais três companhias de economia mista: CIMPARN, CASOL e COFAN —, com 43,9 das ações; afora a Prefeitura e os próprios membros da Diretoria da CEASA-RN e o governador Cortez Pereira. Na primeira quinzena de janeiro, o Estado já havia liberado parcela de sua participação, no valor de Cr\$ 1.798.000,00.

Também recentemente, o Secretário Geraldo Bezerra recebeu correspondência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, comunicando aprovação da concessão de financiamento no valor de ... Cr\$ 5.270.000,00, por meio de recursos do Fundo de Reaparelhamento Econômico e USAID, destinados à implantação da unidade em Natal.

PLANEJAMENTO

O projeto de viabilidade técnica e econômico-financeira da Central de Abastecimento do Estado foi elaborado pela Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, e — em seguida — recebeu aprovação do Grupo Executivo de Modernização de Abastecimento (GEMAB), do Ministério da Agricultura.

Contratos firmados com o consórcio integrado pela Sociedade Brasileira de Serviços Técnicos e Econômicos (BRASTEC) e Escritório de Organização e Obras Ltda. garantem a implantação dentro do prazo estabelecido.

De outro lado, segundo o Diretor-Financeiro Wellington Leiros, os termos desses contratos basearam-

se em recomendações do Departamento de Coordenação do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento, sediado em Brasília, assegurando a definitiva implantação dos setores da empresa em 330 dias de trabalho a partir da data de assinatura do contrato (28.12.73).

pelo produtor.

E mais: estabilização dos preços, serviços de informação de mercado, formação de um mercado consumidor mais exigente quanto à qualidade dos produtos e elevação da renda dos produtores pela criação de um mercado sadio.



Dirigentes da CEASA assinam convênio



As máquinas já prepararam o terreno da CEASA

OBJETIVOS

A filosofia do Sistema de Centrais de Abastecimento, conforme fonte oficial, seria procurar oferecer melhores condições aos produtores, através de serviços que são cobrados de maneira tal, que não venham a onerar o produto. Além disso: oferecer ao produtor e ao consumidor condições para reduzir a cadeia dos agentes de comercialização aproximando o produtor do consumidor.

Suas atribuições e finalidades se entrelaçam numa modificação viva e atuante, de métodos vigentes relacionados com o abastecimento de gêneros de primeira necessidade, provocando a melhoria da produção agrícola, a padronização e classificação dos produtos, embalagem adequada e redução das perdas,

O Secretário Geraldo Bezerra alinha mais algumas razões da importância das Centrais de Abastecimento, todas, afinal, inseridas no contexto do I Plano Nacional de Desenvolvimento (Lei n.º 5.727/71): melhoria do tráfego urbano (os caminhões vindos do interior descarregarão num só local e não mais obstruirão as ruas); condições de comercialização dentro dos mais adequados princípios de higiene; contribuição com a expansão do regime cooperativista de super-mercados, auto-serviços e mercados/satélites.

Além disso, as Centrais poderão oferecer aos mais diversos órgãos governamentais e entidades particulares interessadas, subsídios sobre problemas regionais, zonais ou locais, de produção, armazenamento comercialização e consumo, contri-

buindo com informações estatísticas para a elaboração de projetos especiais, previsão de safras para a manutenção de estoques estratégicos e reguladores de mercado, etc.

ASPECTOS COMPARATIVOS

Wellington Leiros analisa a importância das Centrais de Abastecimento quanto aos aspectos comparativos entre o que existe atualmente e o que poderá ser oferecido ao produtor/consumidor.

Com relação ao produtor, ele geralmente traz a mercadoria do interior (frutas, verduras, legumes, hortaliças, raízes, tubérculos, bulbos, ovos, etc.) e quando chega a Natal muitas vezes não encontra mercado. Em virtude disto, prefere "entregar" a mercadoria por qualquer preço ou seja, pelo preço que os especuladores querem pagar, porque isto é preferível a ficar rodando com o caminhão, à procura de comprador. Com a CEASA/RN os produtos serão encaminhados imediatamente à Central onde o produtor, se quiser, venderá a algum distribuidor (atacadista) ou alugará ele próprio uma quadra, no mercado livre do produtor, onde comercializará diretamente com o consumidor.

Outro ponto importante: é comum faltar produtos nas feiras livres e mercados de Natal, decorrente de uma real escassez ou de um processo especulativo, visando aumento de preços — ou ainda do desvio de produtos para outras praças. A CEASA/RN controlará esse fato: quando ocorrer a falta ou escassez e os preços começarem, naturalmente, a subir, ela manterá contactos telefônicos com congêneres de outros Estados e providenciará nova fonte fornecedora. Igual providência será adotada quando acontecer excesso de produtos ou superprodução: o contato com CEASAS vizinhas será para transferir o excedente, garantindo ao produtor local o preço justo, mantendo a estabilização do mercado e assegurando o abastecimento de outros centros.

A qualidade dos produtos comprados pelo consumidor é outro item que a Central vai controlar de perto: atualmente, a aquisição de hortaliças murchas, legumes e verduras machucados, frutas fermentadas — é uma constante nas feiras e até nos mercados. Isto ocorre como consequência da falta

de condições adequadas de embalagem, armazenamento e exposição, manuseio incorreto, etc. além da longa permanência dos produtos em exposição, ao sol, jogados ao chão, etc. A deteriorização das mercadorias, por si, já representa despesa ou perda para o produtor, e a redução natural dos seus lucros vai incidir num aumento de preço para o consumidor. A CEASA/RN terá condições de armazenar os produtos em condições ideais de embalagem e refrigeração, observando os mais rigorosos princípios de higiene. Da orientação especializada virá a diminuição das perdas e a consequente redução dos custos — tudo redundando no menor preço para o consumidor.

A oneração dos preços do produto, a rigor, é ocasionada principalmente pela série de transações porque passam as mercadorias, até chegarem ao agente final, o consumidor. Os elementos que respondem por isto são os chamados "atravessadores", que só visam lucros exorbitantes. São reconhecidamente prejudiciais e perfeitamente dispensáveis ao sistema, pois não possuem nenhuma missão a cumprir. Para alijá-los, a CEASA/RN vai dar ao produtor a condição de vender os seus produtos a um ou a vários distribuidores atacadistas — ou ainda vendê-los ao consumidor, eliminando as operações nocivas. Os preços ficarão maiores para ele e baixarão para o consumidor, e ainda se terá produtos de melhor qualidade e em maior quantidade.

BOM PARA O BRASIL

Técnicos em abastecimento entendem que em todo país em desenvolvimento a comercialização apresenta-se de modo diverso, sendo função direta do grau de desenvolvimento existente em cada região. A introdução de um sistema de centrais, portanto, especialmente no Brasil, em virtude de seu tamanho e das desigualdades regionais, tem que sofrer uma adaptação às realidades particulares.

Inicialmente, foram programadas 15 Centrais de Abastecimento para o Brasil previstas para os principais centros de consumo. Hoje, várias delas já se encontram em pleno funcionamento. A CEASA de

Pernambuco foi a primeira a funcionar no Nordeste, e a segunda no Brasil, após a de São Paulo. Como todo empreendimento que objetiva modificar hábitos e estruturas, a CEASA de Pernambuco sofreu críticas, sendo até mesmo considerada como "mera utopia para solução de velhos problemas de abastecimento". No momento, superando as impressões iniciais, aquela vizinha Central vem conseguindo comercializar volumes cada vez maiores de diferentes mercadorias (174.385 toneladas em 1972), enquanto que o fluxo de pessoas que a procuram em determinados dias da semana passa de 18 mil, sendo destas, cerca de 4 mil, a população permanente.

ESQUEMA

Sabe-se que na comercialização existem três operações bastante distintas, mas intimamente ligadas entre si: transporte, armazenamento e distribuição. Pesquisas e estudos demonstram que estas fases entram no custo final do produto ao consumidor, em algumas vezes, na base de mais de 100% do valor inicial. Os tributos que incidem sobre as operações, e que — convém ressaltar — são bastante elevados, estão sendo aos poucos eliminados por via de incentivos aos produtores e cooperativas.

No sistema de transporte, as ferrovias deveriam constituir, no interior, sistema estrutural e econômico do escoamento da produção. No entanto, não se desenvolveram para acompanhar o crescimento das necessidades e vinham sendo tomadas, na prática, como solução ilógica e inadequada para o problema. Para os entendidos, coloca-se como um paradoxo recorrer-se ao transporte rodoviário a longa distância.

Enfim, diante da complexidade do problema do abastecimento, o Governo Federal passou a procurar a congregação de todos os esforços no sentido de racionalizar aquelas operações, colocando em suas metas prioritárias — como ponto de partida — a implantação do Sistema das Centrais de Abastecimento que agora ganhará expressão concreta em Natal. ●

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A. — CEASA-RN

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Em cumprimento aos preceitos legais e Estatutários, submetemos à apreciação de Vv. Ss., juntamente com o Parecer do Conselho Fiscal, o Balanço Geral e Demonstração de Lucros e Perdas, referente ao exercício encerrado em 31.12.73.

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31.12.1973

A T I V O

DISPONÍVEL

BANCO C/MOVIMENTO

Banco do Brasil S/A	72.175,41
---------------------------	-----------

RESULTADOS PENDENTES

Gastos Pre-Operacionais a amortizar	27.824,59
---	-----------

COMPENSAÇÃO

Ações em Caução	100,00
-----------------------	--------

Convênio de Aplicação	3.739.000,00
-----------------------------	--------------

T O T A L	3.839.100,00
-----------------	--------------

P A S S I V O

INEXIGÍVEL

Capital	100.000,00
---------------	------------

COMPENSAÇÃO

Caução da Diretoria	100,00
---------------------------	--------

Aplicações Pre-Fixadas	3.739.000,00
------------------------------	--------------

T O T A L	3.839.100,00
-----------------	--------------

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA LUCROS E PERDAS EM 31.12.1973

D É B I T O

DESPEAS C/PESSOAL.....	27.180,73
DESPEAS ADMINISTRATIVAS.....	137,80
DESPEAS DE EXPEDIENTE.....	252,32
DESPEAS TRIBUTÁRIAS.....	253,74
T O T A L	27.824,59

C R É D I T O

LUCROS E PERDAS

Gastos Pre-Operacionais a Amortizar.....	27:824,59
T O T A L	27.824,59

GERALDO BEZERRA DE SOUZA
Diretor-Presidente
CPF. 003.077.184

WELLINGTON DE CAMPOS LEIROS
Diretor-Financeiro
CPF. 016.208.354

DILCEU NÓBREGA DE SOUZA
Téc.Cont.-CRC. 1.345
CPF. 011.861.324

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da CEASA/RN — CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S/A, em cumprimento ao disposto na Lei das Sociedades Anônimas, examinaram o Balanço Geral encerrado em 31 de dezembro / de 1973, e, respectivamente, a Demonstração de Lucros e Perdas, tendo encontrado tudo em ordem e exato, de acordo com os livros da sociedade, pelo que são de parecer que esses documentos exprimem com exatidão a situação, razão pela qual recomendam a sua aprovação pela Assembléia Geral dos Acionistas.

Natal, 31 de dezembro de 1973.

GEN. DRÁULIO RAMIRO HOLANDA ANNA MARIA PIRES FERREIRA DRA. MARIA LÚCIA MOTTA DA COSTA

PARECER DOS AUDITORES

Examinamos o Balanço Patrimonial das CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S/A — CEASA-RN, levantado em 31 de dezembro de 1973, e a respectiva demonstração do resultado econômico do exercício. Nosso exame foi efetuado / de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas, e, conseqüentemente, incluiu as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.

Em nossa opinião, o Balanço Patrimonial e a demonstração do resultado econômico acima referidos, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira das CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S/A — CEASA-RN, em 31 de dezembro de 1973 e o resultado de suas operações correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos.

Rio de Janeiro, GB, 07 de junho de 1974.

AUDICONTROL - AUDITORIA LTDA.
CRC-GB nº 419 — CAI PJ-3

PAULO DOS SANTOS NETTO
Responsável Técnico
CRC-GB nº 116 — Contador - AI-PF-7
CPF nº 023336357

Depois da tempestade, a bonança

O Rio Grande do Norte deve perder pelo menos Cr\$ 25 milhões em termos de arrecadação de impostos, por conta das enchentes deste começo de ano. Isto só com referência ao que se deixou de produzir na agricultura rudemente arrasada em diversas áreas, sem se falar nas baixas na pecuária e na destruição de diversas obras de infraestrutura que foram levadas pelas águas, de estradas a açudes, de redes de distribuição a linhas de transmissão de energia elétrica, pontes, etc.

Para o governador Cortez Pereira, as enchentes e os prejuízos se somam a mais uma dificuldade administrativa: o seu mandato foi diminuído em um ano e muitas obras que estavam para ser atacadas em ritmo acelerado, para ser concluídas 365 dias antes, logicamente terão de demorar muito mais, porque muita coisa terá que ser recomçada. Mesmo assim, essa situação tem um aspecto que pode ser benéfico, malgrado o ser graças às duras perdas econômicas sofridas por conta das enchentes devastadoras: o Governo Federal está comprometido com a administração Estadual no sentido de ajudar, a curtíssimo prazo, na conclusão de determinados programas já considerados prioritários, mesmo porque essa ação representa também uma forma de ajudar o Rio Grande do Norte a se recompor das consequências do inverno desastroso.

O VOLUME DOS PREJUÍZOS

Em linhas gerais, os prejuízos do Rio Grande do Norte, até o fim do ano, e situados na última quinzena de abril (com alguns dias de maio) é da ordem de Cr\$ 200 milhões. A agricultura perdeu em tor-

no dos Cr\$ 80 milhões e a infraestrutura (estradas, açudes, pontes, energia elétrica) em torno dos Cr\$ 120 milhões. Sem falar nos pesados prejuízos da indústria e do comércio por conta do isolamento sofrido.

Atualmente está em prática um primeiro, porém vasto programa de recuperação: na agricultura, o replantio está sendo feito a partir da redistribuição de sementes, coordenado pela Secretaria de Agricultura e Delegacia do Ministério da Agricultura, que também cuidam da reconstrução e consertos de açudes, no sentido de minimizar as perdas tributárias, permitindo uma disponibilidade de colheita ainda impossível de se prever.

Com relação às estradas, o DNER — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, e o DER (Departamento Estadual de Estradas de Rodagem) estão executando uma ação conjunta que extrapola a simples recuperação de leitos de vias estragadas, indo à reconstrução de pontes e até à dragagem de rios, que quando desviados evitarão futuros problemas, idênticos aos atuais.

A recuperação de açudes destruídos está sendo operada de acordo com programa submetido à apreciação do Ministério do Interior, que participará, até o final, com 50% dos recursos necessários, já tendo deslocado para os locais afetados, máquinas e pessoal que ajudam também nas áreas culturais prejudicadas.

Quanto à receita tributária, de que se estima um prejuízo, até a próxima safra da ordem de Cr\$ 25 milhões — foi pedida suplementação ao Ministério da Fazenda, para aplicação na manutenção da máquina administrativa. O dinheiro



Cortez Pereira luta pela obtenção de recursos



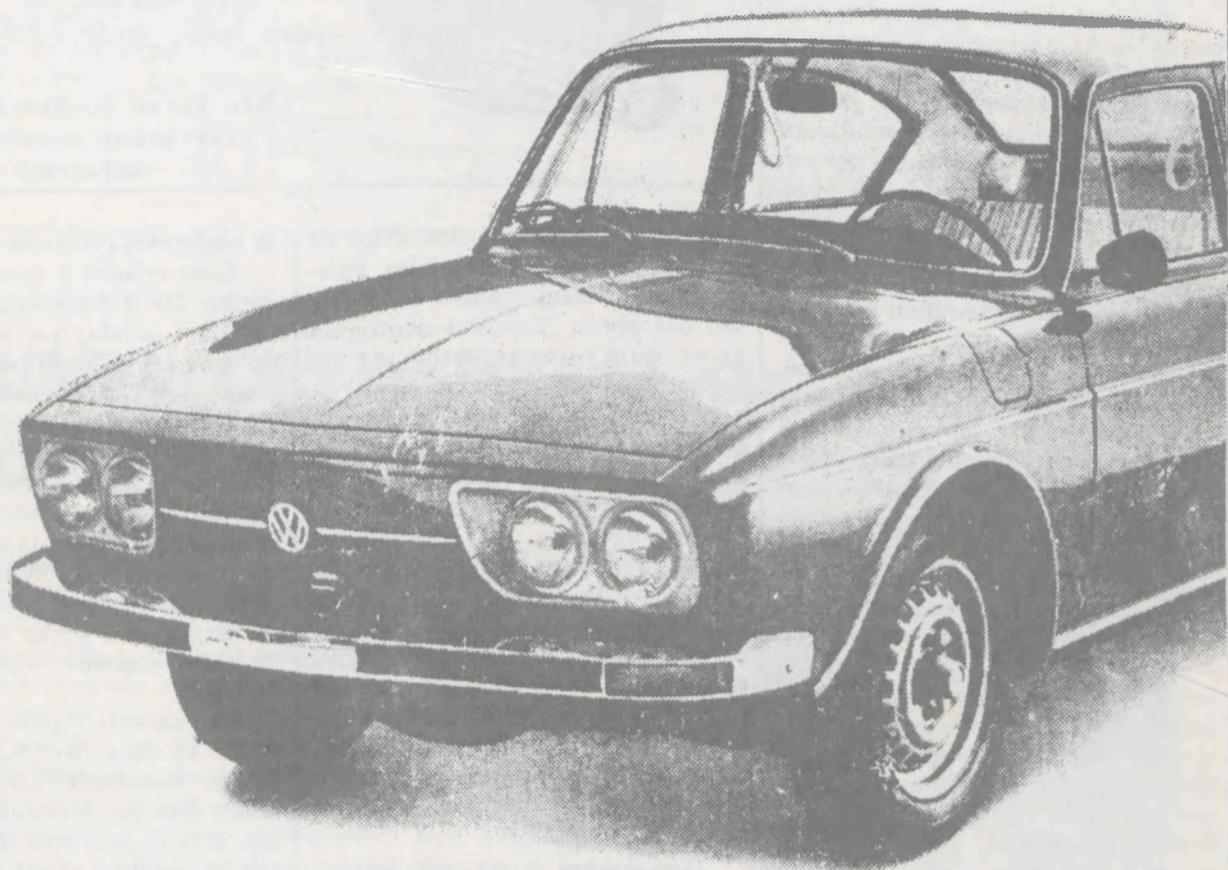
Marcos Formiga: "uma inundação é sempre pior do que a seca".

virá sob a forma de empréstimo, visando manter um fluxo de recursos na economia Estadual, de tal forma que não se sofra mais prejuízos do que os já causados pela queda da produção agrícola.

SOLUÇÃO: PEDIR

Quando ficou mais ou menos delineado o montante dos prejuízos do Estado em decorrência das enchentes, através de estudos feitos

**Este carro cumpre
o que os outros
prometem.**



**Nós
também.**

TL.
Éis um carro
médio que não tem
nada a esconder.
Ele é robusto,

confortável, tem
bom acabamento
e na hora da revenda
v. vai ver como
empregou bem
o seu dinheiro.

Como se isso
fosse pouco, o TL
tem mecânica
Volkswagen - uma

mecânica que já deu
certo 2 milhões
de vezes.

Escolha: 2 ou
4 portas.

Venha buscar
o seu TL.

Esqueça as
promessas que os
outros não cumpriram.

DISTRIBUIDORA DE AUTOMÓVEIS SERIDÓ S. A.

Av. Salgado Filho, 1669

Telefones:

Diretoria	- 2.0902	Centro	- 2.2147
Oficinas	- 2.4859		2.2148
Peças	- 2.4858		2.4355

**REVENDEDOR
AUTORIZADO**



**REVENDEDOR
AUTORIZADO**

pelas Secretarias de Planejamento, da Fazenda e da Agricultura, com a colaboração da Delegacia do Ministério da Agricultura e da AN-CAR-RN, um documento foi vasado em termos realistas, levado pelo governador Cortez Pereira às autoridades de direito, na área federal.

À época da elaboração do documento (e ainda agora) as poucas informações disponíveis impossibilitavam a qualificação final dos prejuízos. Foram inicialmente analisados os efeitos diretos do flagelo, em termos de custos para o sistema agropecuário do RN, setor preponderante, pelo seu dinamismo, para a economia estadual.

O relatório com o qual o governador foi pedir ajuda em Brasília, baseou-se no estudo preliminar de: a) áreas atingidas diretamente pelo transbordamento dos rios e que constituem os Vales; b) áreas afetadas pelas águas provenientes de açudes arrombados; c) áreas prejudicadas pelo excesso de chuvas, mas que não sofreram a ação das enchentes.

O Governo do Estado solicitou ao Governo Federal a implantação de projetos que reforçassem o trânsito de recursos existentes na economia do Estado e assegurassem a absorção de parte da mão de obra tornada ociosa pelas enchentes e sem condições de, a curto prazo, se dedicar à atividade de origem, ou seja, a agricultura.

Esses projetos, segundo o economista Marcos Formiga, titular da Secretaria de Planejamento, foram:

1 — Implantação das rodovias RN-2 e RN-5 e construção de várias pontes, ao longo dessas estradas, tudo no valor de Cr\$ 16 milhões. A RN-2 liga Cerro-Corá ao entroncamento da BR-226, e a RN-5 une São Bento do Norte a Nova Cruz;

2 — Solicitação de recursos para o programa de açudagem, no valor de Cr\$ 10 milhões, destinados à aquisição de novos equipamentos para aceleração do programa;

3 — Solicitação de recursos para a finalização dos projetos das Vilas Rurais, nas Serras do Mel e do Carmo, no valor de Cr\$ 29 milhões;

4 — Solicitação de recursos para implantação acelerada do projeto das Vilas Rurais em Lages do Boqueirão, em Touros — no valor de Cr\$ 6 milhões.

Esses pedidos do governador Cortez Pereira, além de se destina-



TRANQUILIDADE
É O PRIMEIRO
PASSO PARA UM
BOM NEGOCIO.

*Música é
tranquilidade em todos
os ambientes.*

UNO-SOM

*leva boa música
para você, onde você quiser.*

Ed. Barão do Rio Branco
4º andar - sala 408
NATAL-RN

rem a programas prioritários de sua administração, definidos anteriormente, visam acelerar a conclusão das obras previstas dentro do agora mais curto prazo de seu governo, diminuído em um ano.

As quatro solicitações estão sendo apreciadas pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, diz o economista Marcos Formiga.

Afora isto, o programa de reconstrução de açudes, com ajuda do Ministério do Interior já está em execução e o Ministério da Agricultura já colaborou com Cr\$ 450 mil para a distribuição de sementes.

ÁREAS ATINGIDAS

Embora em termos de tributação os prejuízos abrangem todo o Estado — porque atingem a máquina de recolhimentos da Secretaria da Fazenda, de modo geral — sabe-se que foram nos vales do Açú, Apodi, Ceará-Mirim, Trairi, Potengi, Jacu e Maxaranguape onde

as enchentes causaram mais danos.

Com relação à queda de arrecadação, diz o Secretário Omar Dantas, da Fazenda, que mesmo se tendo uma previsão da perda total (em torno dos Cr\$ 25 milhões) não se pode definir uma média mensal de prejuízos, mesmo porque além dos 80% do ICM que revertem aos cofres do Estado, há vários outros códigos que representam entrada ou não, de tributos, desde a Dívida Ativa ao parcelamento de dívidas, do imposto da carne ao da farinha de trigo, imposto único sobre minérios, etc.

As culturas mais prejudiciais foram as do milho, feijão, fava, algodão, mandioca, cana de açúcar, arroz, banana, fruticultura, hortaliças, e forragens, sem se falar na extração do sal, grandemente prejudicada.

As áreas atingidas pelas enchentes estavam com a seguinte produção prevista para a safra de 1973, não houvesse a presença do flagelo, que torna imprevisível um cálculo do que vão poder produzir:

PREVISÃO DA PRODUÇÃO DOS VALES DO RN ANTES DAS INUNDAÇÕES

CULTURAS	Curimataú Ha.	Trairi Ha.	Potengi Ha.	Ceará Mirim Ha.	Jacu Ha.	Açú Ha.	Mossoró Ha.	Maxarar guape Ha.	Total Ha.	Produção Ton.
Milho.....	500	1.500	800	500	600	2.500	500	80	6.980	8.376
Feijão.....	300	1.100	600	300	800	2.000	300	120	5.520	3.313
Fava.....	200	500	300	200	300	1.500	200	-	3.200	1.280
Algodão.....	-	150a	350	550	600	600	300	-	2.550	2.040
Mandioca.....	150	270	220	560	380	400	-	200	2.180	43.600
Cana de Açúcar.....	180	350	110	600	300	-	-	80	1.620	97.200
Arroz.....	-	30	10	20	10	20	20	65	175	315
Banana.....	50	120	320	80	30	400	120	120	1.250	25.000
Fruticultura.....	30	80	50	90	20	120	130	90	610	1.000Ha.
Hortaliças.....	10	20	85	170	-	90	180	140	695	5.000Ha.
Forragens.....	1.000	800	1.100	380	680	1.600	1.000	40	6.600	264.000
T O T A L.....	2.420	4.920	3.945	3.450	1.720	9.230	2.750	945	1.380	

PIOR DO QUE SECA

Uma enchente sempre é pior do que uma seca, porque além dos prejuízos com relação à agricultura há os da infraestrutura, que na seca não ocorrem.

Este ponto de vista do economista Marcos Formiga é sem dúvida coerente com o que sofreram o Rio Grande do Norte e a maioria dos Estados do Nordeste, além de outros do Centro-Sul. Ele completa seu pensamento.

"A enchente causa uma situação de anormalidade sem previsões e

mais perturbadora que a seca. Os métodos de prevenção, hoje, de certa forma dependem de comissões de defesa civil, que funcionam articuladamente com o Governo Federal. É uma prevenção bastante onerosa, porque exige investimentos muito altos e a longo prazo. Penso que a partir do que ocorre no Nordeste e em alguns Estados do Centro-Sul, o Governo Federal tem se preocupado em estabelecer controles de regularização de rios, com a construção de obras de infra-estrutura capazes de evitar ou suportar condições desvantajosas".

No caso do Rio Grande do

Norte, sabe-se que estão sendo estudadas duas grandes obras, para regularizar os rios Açu e Apodi: as barragens de Passagem Funda (Apodi) e a Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves (Açu). São obras que, pelo seu tamanho, não têm execução da competência do Estado. Mas, através da articulação do Governo Estadual com o Governo Federal, terão que ser executadas ou pelo menos iniciadas de imediato, para que se possa evitar catástrofes futuras, que afetam o Rio Grande do Norte tanto do ponto de vista econômico quanto do social. ●

REIVINDICAÇÕES

INUNDAÇÕES INSPIRAM MEMORIAIS DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS

As recentes cheias, além de terem movimentado os setores políticos e administrativos em busca de soluções para os muitos problemas delas decorrentes (ver matéria à página 32) sensibilizaram também as classes empresariais do Estado: a Federação das Indústrias elaborou documentos que enviou principalmente ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Expondo situações e sugerindo medidas, esses documentos seguiram para Brasília no final do mês de maio, quando um quadro ao menos aproximado já podia ser traçado quanto aos prejuízos causados pelas enchentes; e junto com eles foram outros que, de modo geral, têm ligação com as consequências do inverno rigoroso ou dizem respeito a várias situações, da solução das quais depende muito a economia norteario-grandense.

Com relação direta às cheias, a FIERN pediu: a) dilatação de prazos de financiamentos em curso, para o parque salineiro, assim como novos empréstimos; b) estudos das perdas da produção açucareira, nos vales produtores, invadidos pelas águas; c) irrigação do Vale do Açu, projeto integrado da alçada do DNOCS; d) levantamento do nível das águas e do volume dos rios, na atual conjuntura; e) urgente reabertura dos troncos rodoviários fe-

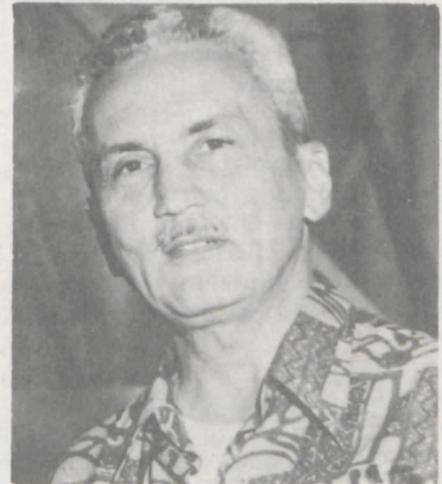
derais, estrangulados pelas inundações.

PRIMEIROS RESULTADOS

Elaborados pela assessoria técnica da presidência da FIERN, da qual faz parte o sr. Manoel Leão Filho, os documentos chegados ao Ministro Reis Veloso são vasados em termos claros e incisivos o suficiente para sensibilizarem também as autoridades a que se dirigem: o que se refere à indústria de Cerâmica Vermelha tremendamente prejudicada pelas cheias, já recebeu resposta do chefe do gabinete do Ministério da Fazenda, Carlos Alberto de Almeida Netto, numa preliminar tomada de contato que poderá redundar num atendimento total dentro em breve.

Partindo de uma introdução em que situa a política habitacional como meta estratégica setorial do Plano Nacional de Desenvolvimento, a reivindicação da Federação das Indústrias do RN lembrava que, ao se falar em construção civil, se tem a chamada cerâmica vermelha como um insumo dos mais necessários a essa atividade. Dizia o documento:

"O Rio Grande do Norte sofre, neste instante, como de resto todo o Nordeste, os efeitos das inundações causadas pelos fortes aguacei-



Manoel Leão Filho, assessor da FIERN explica os documentos

ros. Esse impacto trouxe sérios percalços à economia potiguar, atingiu e feriu a indústria da cerâmica vermelha, trazendo à construção civil impasses difíceis de ser ultrapassados com simplicidade, na medida em que se tenha presente que os troncos rodoviários de acesso ao Estado estão estrangulados".

A seguir, referiu-se aos municípios de Natal, São Gonçalo e Macaíba, onde cerca de 10 cerâmicas com 800 empregados (dos quais dependem, pois, cerca de 4 mil pessoas) estão hoje com sério problema fiscal de taxaço em acúmulo: a) pagamento do ICM; b) pagamento do IPI; c) pagamento do imposto único sobre minérios, também cobrado sobre pauta na cerâmica.

DÓVIDA E QUASE ATENDIMENTO

A superposição de tributos, no caso da cerâmica, permitiu indagações quanto à legitimidade do acúmulo e, indo o impasse ao Judiciário, adveio solução que apenas complicou mais a situação e por isto a FIERN pediu: a) remissão dos débitos fiscais acumulados; b) reexame dos possíveis débitos com o INPS, por forma a regularizar-se o pagamento das obrigações daqui em diante, consolidando-se o débito anterior para ser resgatado parceladamente, a longo prazo, sem correção monetária, juros ou multas; c) abertura de linha de crédito bancário (bancos oficiais) a longo prazo de resgate, para obtenção de recursos aplicáveis na reconstrução, readaptação e capital de giro das cerâmicas, a juros agrícolas.

Na resposta à FIERN, através da CNI (Confederação Nacional das Indústrias), o chefe de gabinete do Ministério da Fazenda, para onde o Ministério do Planejamento enviou o documento, explica:

"À vista do exposto, e para que possam ser desenvolvidos os estudos necessários, muito agradeceríamos a colaboração dessa entidade, no sentido de serem fornecidos os dados concretos que permitam a avaliação plena da situação em que se encontra o setor".

E mais adiante: "É de se ressaltar, porém, que, relativamente à hipótese de parcelamento dos débitos fiscais existentes, subsiste a possibilidade de que este Ministério, desde logo, consoante análise de cada caso e na forma da legislação em vigor, excepcionalmente venha a deferir os pedidos que lhe forem apresentados".

SAL E AÇÚCAR

Com relação ao sal e ao açúcar, a tônica é a invasão das áreas de produção pelas águas, com destruição de plantações de cana e da estocagem de sal, em quase sua totalidade. O Sindicato da Indústria da Extração do Sal do Estado do Rio Grande do Norte é ligado à FIERN, enquanto a Associação dos Plantadores de Cana de Açúcar faz parte da Federação da Agricultura. Mesmo assim — e nesse ponto a Federação faz questão de frisar sua ação a favor da classe empresarial, inde-

pendente de filiação ou não — as reivindicações foram tanto para um setor quanto para o outro.

Para o sal, pede-se, da dilatação de prazos de financiamentos, a empréstimos futuros. Para o açúcar, um estudo aprofundado da problemática açucareira no RN, que realmente vem merecendo atenções, desde muito antes das enchentes.

No caso do sal diz, o documento: "As empresas salineiras pedem que o Poder Público considere o fato inevitável e incontrolável, adotando o Governo as providências que possam resguardar uma economia que é vital para o Estado, senão para o País, sugerindo e indicando, entre outras, as seguintes medidas:

a) urgente e imediato levantamento dos prejuízos, de sorte a avaliar-se o impacto sobre o parque salineiro do Estado;

b) ampliação dos prazos de vencimentos dos financiamentos e empréstimos em curso para as salinas atingidas, no mínimo de 8 a 10 anos, a juros agrícolas, pelo Banco do Brasil e outros estabelecimentos oficiais de crédito; ou dificilmente poder-se-á recuperar o parque salineiro do RN;

c) abertura de novas linhas de financiamento para atender à recuperação das salinas destruídas ou danificadas, permitindo-se, assim, a programação de novas futuras safras.

Lembra-se ainda que o RN produz mais de 70% do sal no Brasil e somente o rebanho bovino nacional reclama, hoje, em torno de 1,4 milhões de toneladas do produto, no que não é atendido.

Para o açúcar, depois de considerar que no Vale Ceará-Mirim e em Goianinha cerca de 15 mil pessoas vivem dessa cultura, na Companhia Açucareira Vale do Ceará-Mirim e Usina Estivas, o documento pede ao Ministério do Planejamento que se aprofunde "na problemática da cana-de-açúcar no Rio Grande do Norte, buscando informações de maior profundidade, por via de observação direta, quer por intermédio do Instituto de Açúcar e do Alcool, quer através do Banco do Brasil, da Sudene, do próprio Ministério da Agricultura, por sua Delegacia Regional no Estado".

Um lembrete é feito também quanto aos financiamentos e empréstimos já concedidos "pois não

parece ser legítima a exigência de satisfação desses compromissos, exatamente quando a fonte de recursos — o açúcar — está, a esta altura, decisivamente comprometida".

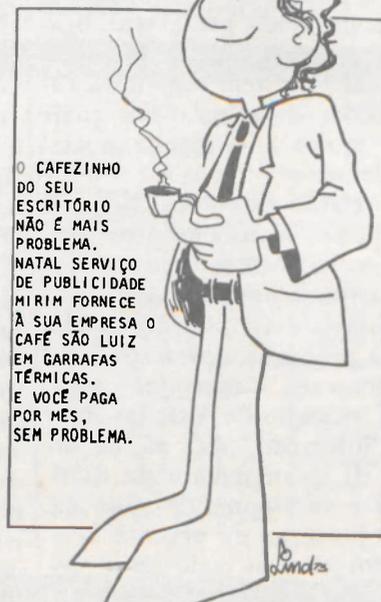
VALE DO AÇÚ

Os estudos de viabilidade para aproveitamento do Vale do Açú, cujas terras são as mais férteis e as que mais sofrem, no Estado, foram pedidos em documento que seguiu junto com o que sugere que a SUDENE faça levantamento do nível das águas e volume dos rios do RN, após as enchentes.

"Dispõe o Vale do Açú de, aproximadamente, 125 mil hectares de terras e todo esse potencial de fertilidade está ocioso, pela exploração minifundiária da cera de carnaúba" — diz o relatório, que lembra a seguir: "A idéia base é a de implantar um projeto para agricultura e pecuária. E é de se supor que tal projeto já esteja em vias de conclusão ou mesmo concluído. Está previsto pelo DNOCS dotar a área de abastecimento d'água, prédios residenciais, armazéns, depósitos, saneamento básico, eletrificação, escolas, tudo beneficiando 3 mil famílias".

A rigor, o que a FIERN quer, neste caso, é que seja apressado o processo de implantação do projeto do DNOCS, que incluirá a construção de uma barragem de grande porte, para a regularização do curso do rio Piranhas — Açú — um

natal serviço de publicidade mirim Ltda.



O CAFEZINHO DO SEU ESCRITÓRIO NÃO É MAIS PROBLEMA. NATAL SERVIÇO DE PUBLICIDADE MIRIM FORNECE À SUA EMPRESA O CAFÉ SÃO LUIZ EM GARRAFAS TÉRMICAS. E VOCE PAGA POR MES, SEM PROBLEMA.

dos fornecedores de água potável abundante do vale, ao lado de lençóis freáticos de características físico-químicas indispensáveis ao desenvolvimento de uma pecuária de corte e de leite, servindo também para projetos de irrigação.

"O aceleração desses estudos e a implantação do projeto final é o que pleiteiam as classes produtoras e, em particular, a indústria do Rio Grande do Norte".

Quanto ao levantamento do nível das águas, deseja a Federação das Indústrias: a) levantamento global dos prejuízos causados a todo o Nordeste, pelas inundações atuais; b) arrolamento das propriedades rurais e unidades industriais direta ou indiretamente atingidas, mencionando-se o valor dos prejuízos; c) constatação e medição do volume das águas, seus níveis já atingidos e níveis mais altos nas enchentes atuais.

Considera-se da mais alta valia os dados dos níveis das águas, para quando em futuro forem implantados programas e projetos do Governo, especialmente os que dizem respeito à planificação de rodovias, onde as obras d'arte devem ser dimensionadas já com os elementos desses levantamentos. E mesmo porque as obras de açudagem e barragens poderiam ser melhor projeta-

das, pois se alinham no mesmo eixo de rio ou riacho. Não sendo raros os arrombamentos em cadeia, pela descarga do volume d'água de um reservatório que não resistiu ao impacto das águas recebidas em sua bacia hidráulica, jogando todo o peso líquido, então retido, no açude ou barragem seguinte.

REABERTURA DE ESTRADAS

O problema das estradas, considerado o maior, de quantos ainda afligem o Estado, por conta das enchentes, foi abordado pela FIERN também junto ao Ministério do Planejamento: a entidade pleiteou tratamento especial e prioritário ao restabelecimento do tráfego rodoviário nas estradas-tronco que dão acesso ao RN e aos Estados vizinhos, "medida que se torna tão mais urgente, se presentes os lamentáveis resultados causados pelas inundações ocasionadas pelas chuvas constantes e continuadas", do que se conclui que o problema já urgia uma providência, antes da internada.

Evidenciou-se na proposição que Natal, durante várias semanas, ficou uma cidade verdadeiramente bloqueada e se sugeriu o seguinte:

1) restabelecimento do tráfego nas BR-101 (trecho João Pessoa-Na-

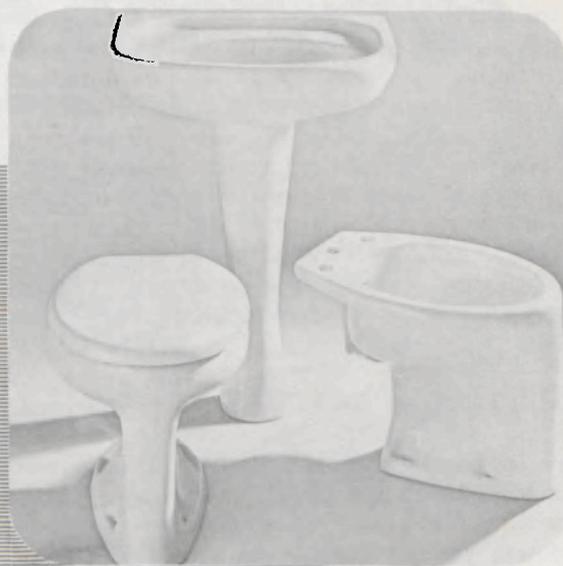
tal, com uma ponte destruída e trecho Recife-João Pessoa, com outra ponte irrecuperável); BR-226 (trecho Natal-Santa Cruz, seriamente danificado à altura de Tangará); BR-304, ligação Natal-Fortaleza, passando por Mossoró, com o leito parcialmente cortado à altura de Riachuelo, interrompido também em Lages e em Açú, na última cidade com a interdição de uma ponte de 608 metros de comprimento.

2) BR-226 — trecho Currais Novos — São Vicente — Florânia — Jucurutu — Pau dos Ferros — Ceará; BR-427 — trecho Currais Novos — Serra Negra — Pombal (PB); e mais as BRs 405, 104 e 110, de que se pedia a implantação.

Justificando as reivindicações, o documento frizava a importância de certas rodovias: a BR-101 é que permite o fluxo de comércio do sul do País ao Rio Grande do Norte, sendo básica e vital. A BR-304 — uma espécie de continuação da anterior, rumo ao Norte, para o Ceará, via Mossoró — é de igual importância econômica, como escoadouro da produção local. E a BR-226 penetra a região Seridó, indo para a Paraíba e para o Oeste, via Caicó. Ligada à BR-427, permite a demanda do comércio para todo o Seridó e Paraíba.

CONJUNTOS SANITÁRIOS (últimos lançamentos) E MUITAS COISAS MAIS !

Uma firma eclética, que tem tudo em material de construção e algo mais de que você pode necessitar. Como Ferragens em Geral, Ferramentas Agrícolas, Gasolina, Querosene Diesel e Lubrificantes Texaco. Assim é GALVÃO MESQUITA FERRAGENS S. A.



GALVÃO MESQUITA FERRAGENS S/A

Matriz: Dr. Barata, 217/219

Câmara Cascudo, 210/216 (Galeria)

Matarazzo: ou tudo, ou nada.

O grupo Matarazzo poderá, realmente, deixar de explorar sua salina em Macau. Esta é uma das opções pela qual o Grupo poderá decidir, nos próximos dias, como decorrência dos elevados prejuízos sofridos com a invasão dos cristalizadores de sua salina pelas águas das últimas enchentes que assolaram a região de Macau e, de resto, todo o Estado do Rio Grande do Norte. Caso não resolva pura e simplesmente vender, o grupo Matarazzo poderá se associar a qualquer outro grupo que também explora o sal, na região. Ou então concluirá pelo óbvio: terá que modernizar a sua salina, dotando-a dos modernos requisitos técnicos e mecânicos que regem hoje essa exploração mineral. Neste último caso, além dos vultosos prejuízos que já se registraram — em torno de Cr\$ 15 milhões —, a empresa partirá para a implantação de um vultoso projeto que poderá contar com apoio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e da SUDENE, aproveitando incentivos fiscais próprios, oriundos de suas dezenas de negócios espalhados pelo País.

A NOTÍCIA E OS BOATOS

Para confirmar esta notícia, que corre célere, junto aos círculos salineiros norte-rio-grandenses, só uma pessoa poderia ser ouvida: o sr. Carlos Câmara, um dos mais abalizados técnicos salineiros brasileiros, que presta serviços justamente ao Grupo Matarazzo. No entanto, ele omitiu-se por razões que considerou justas:

— “Alguma decisão deverá ser tomada, efetivamente, mas por en-



Matarazzo pode vender a salina, ou transformá-la numa das maiores do país

quanto tudo ainda está em estudos. Acho prematuro sequer opinar pessoalmente sobre o assunto”.

Conquanto Carlos Câmara se omite, sabe-se que vários grupos exploradores de sal, em Macau, já enviaram propostas aos Matarazzo; alguns para adquirir a sua salina, outros para a eles se associarem, na formação de um grande reservatório de águas saturadas, propiciadoras de rendosas colheitas de sal.

IMENSO PREJUÍZO

Carlos Câmara, no entanto, não se faz de rogado quando instado a falar sobre os prejuízos sofridos pela salina de sua empresa:

— “Foram, realmente, grandes prejuízos, em várias frentes, de diversos tipos. No caso do sal estocado, a perda foi maior em decorrência da crise dos transportes, que se arrasta desde o ano passado, e por conta da qual deixamos de vender em torno de 80/100 mil toneladas de sal, que ficaram nos cristalizadores, aguardando embar-

que, e terminaram atingidas pelas águas doces das enchentes”.

O problema dos transportes não é de agora que afeta a indústria salineira, apesar dos maiores grupos que operam em Macau possuem suas frotas próprias de barcos, inclusive Matarazzo, que tem a Sociedade Paulista de Navegação Matarazzo Ltda. No seu caso, os barcos haviam sido desviados para o transporte de cimento, via portos do Norte (Belém e Manaus, principalmente) e o sal ficou esperando. Para se dissolver na enxurrada. De cerca de 200.000 toneladas estocadas no aterro, ficaram aproximadamente 25.000.

Essas 175.000 toneladas perdidas, computadas ao preço de . . . Cr\$ 22,00 a tonelada (preço de custo) representam um prejuízo em torno de Cr\$ 5 milhões. Avaliadas, no entanto, ao preço de venda, pela tabela vigente (entre Cr\$ 68,00 e Cr\$ 99,00) — preço F.A.S. — significam, certamente, um prejuízo muito mais alto, e é natural que se calculem as perdas pelo preço de venda, pois a colo-

cação do produto no mercado é o que interessa à empresa, na fase de comercialização. Façam-se os cálculos, então, tomando-se por base um preço simbólico entre 68 e 99 cruzeiros.

OUTRAS PERDAS

Mas as perdas da Salina Matarazzo não se resumiram apenas a essas 175.000 toneladas de sal já colhido. O sal que estava nos cristalizadores — cerca de 100.000 toneladas — também foi quase que totalmente levado pelas águas — pelo menos 70 mil toneladas se diluíram.

A salmora armazenada em vários estágios, preparando-se para a próxima safra — cerca de 4 milhões de metros cúbicos — também foi invadida e misturada pela água doce. O que se perdeu em salmora representava cerca de 141.000 toneladas de sal, quando tudo estivesse em ponto de ser colhido.

— “Afora tudo isto, houve ainda os prejuízos materiais” — diz

Carlos Câmara — ‘contido na destruição total ou parcial de vários paredões, de aterros, estradas, etc.’”

As águas invadiram a salina Matarazzo com tal fúria que até barcos a vela puderam navegar nas áreas onde antes estavam os cristalizadores. E só na recuperação dos paredões e aterros destruídos a empresa vai aplicar cerca de Cr\$ 2 milhões.

A SALINA MODERNA

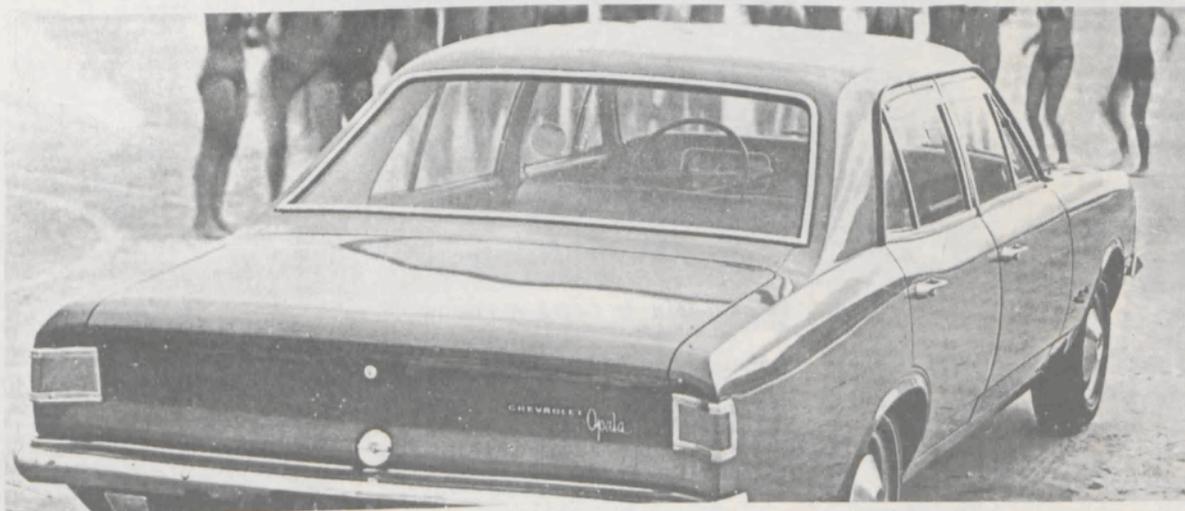
Embora o Grupo Matarazzo esteja hoje com três opções para adotar, a fim de fazer face aos prejuízos sofridos, estima-se que a venda pura e simples não ocorrerá. A associação a outras empresas é uma possibilidade remota, restando, então, a solução de se arcar com todas as decorrências das perdas e se investir no projeto de uma grande e moderna salina, que inclusive prescindirá de um detalhe que muitas vezes entrava o bom rendimento da salina atual: a mão de obra. A salina moderna será mecanizada e não precisará dos traba-

lhadores braçais, como na última safra de Matarazzo, quando das 180.000 toneladas de sal programadas, apenas 60.000 foram colhidas, porque faltaram colhedores.

A adoção da terceira medida é tida, pelos que conhecem os Matarazzo, como a que deve ser efetivada dentro em breve, embora o assunto ainda esteja sendo discutido pelo triunvirato que rege a empresa: o conde Francisco Matarazzo Jr., Hermelino Matarazzo e Eduardo Matarazzo, em São Paulo.

Além do mais, o conglomerado de empresas do Grupo precisa de sal: boa parte da produção da Salina de Macau fica nas suas próprias fábricas de cloro e soda. E eles só possuem salina no Rio Grande do Norte. Adquirir o produto de terceiros certamente ficará mais oneroso do que produzi-lo. E quanto a ter que investir mais, numa salina de grande porte, resta o consolo de que o mercado do sal é cada dia maior e mais rentável, devendo os excedentes da produção serem vendidos tanto interna quanto externamente. ●

Especial. Opala com espaço e economia.



NATAL VEÍCULOS E PECAS LTDA.
concessionário chevrolet

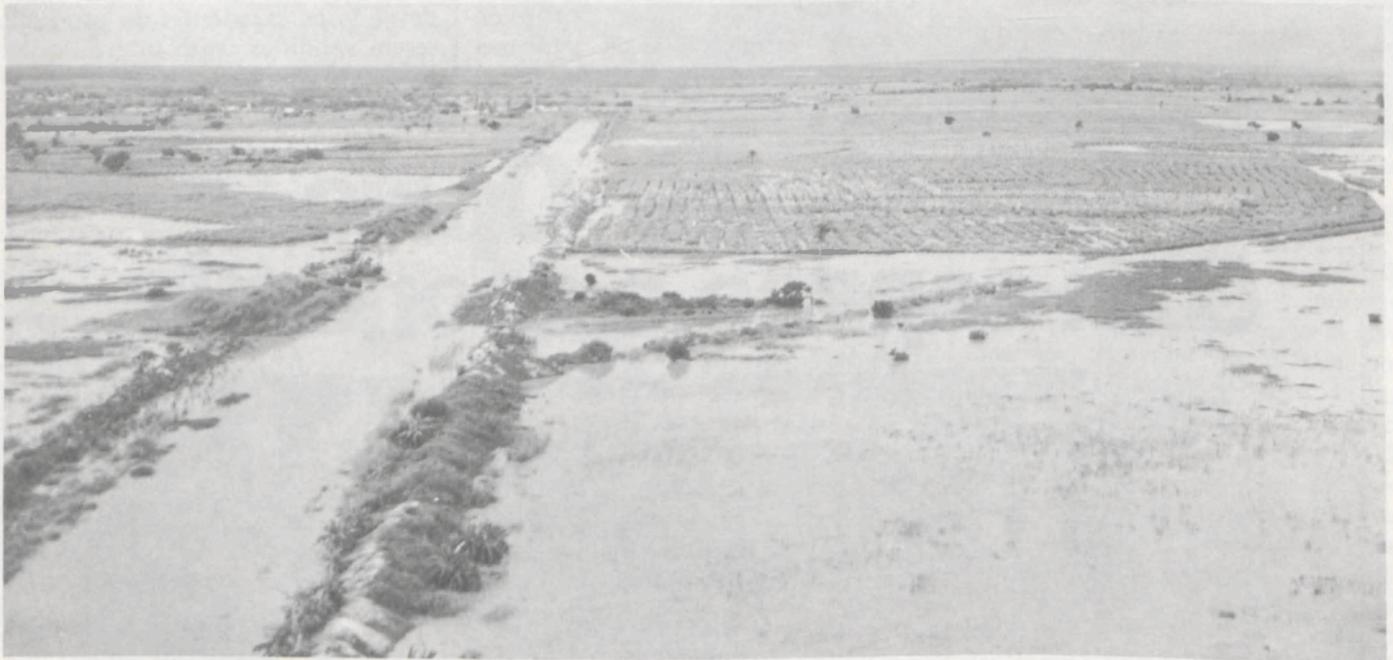
Praça Augusto Severo, 252 - Fones 2-0198 e 2-2122 - NATAL (RN)

ASSOCIAÇÃO OBTÉM APOIO PARA PLANTADORES

Não podia ser de outro modo, certamente: na hora em que as regiões canavieiras do Rio Grande do Norte foram inundadas pelas enchentes que de modo generalizado atingiram todos os setores agro-econômicos do Estado, a Associação dos Plantadores de Cana do RN se manifestou da maneira mais adequada. Perante o Governo do Estado, pediu a intermediação junto às autoridades federais e, diretamente através de memoriais, expôs a situação aflitiva dos vales úmidos de São José de Mipibu, Arês, Goianinha e Canguaretama, que compreendem a

região abastecedora da Usina Estivas; e também do Vale do Ceará Mirim, onde estão situados os fornecedores da Usina São Francisco, pertencente à Companhia Açucareira Vale do Ceará Mirim.

Na área federal, a Associação bateu às portas do Instituto do Açúcar e do Alcool e da Direção Geral do Departamento de Obras e Saneamento. Da parte do Governo do Estado teve, de imediato, tomadas todas as providências ao alcance do Governador Cortez Pereira.



A visão do Vale do Ceará-Mirim inundado.

O grito de alerta da Associação foi de imediato atendido: o IAA enviou ao Estado o agrônomo Antônio Jovino da Fonseca, que fez levantamento dos prejuízos verificados e, dentre outras providências que estão em vias de execução, determinou o reforço do capital de giro da Cooperativa de Crédito Rural dos Plantadores de Cana de Açúcar do Rio Grande do Norte, que poderá repassá-lo como empréstimo

aos seus associados. E conseguiu que fossem prorrogados os prazos de vencimento dos contratos de financiamento celebrados, inclusive os destinados a adubos e corretivos.

EMPENHO E ÊNFASE

— “Essas são providências que não podem tardar” — diz o presidente da Associação Múcio Vilar Ribeiro Dantas e nelas colocamos

o nosso empenho com a maior ênfase, numa hora em que a velha face da economia do açúcar no Rio Grande do Norte vem sendo removida e restaurada, desde que novos grupos empresariais chegaram e estão fazendo investimentos de vulto”.

“Esses grupos — diz ainda ele — tomaram o lugar de lideranças econômicas julgadas perdidas por credores diversos, do Estado como credor fiscal, do Instituto do Açú-



Mucio Villar Ribeiro Dantas, .
presidente da Associação.

car e do Alcool ou Banco do Brasil; e até mesmo, por fornecedores de cana e trabalhadores rurais e suas famílias. E a sua ação, englobando programas industriais de grande alcance, não poderão se frustrar por força de circunstâncias da natureza, que nada têm a ver com o trabalho e a seriedade do empréstimo.

Acha Múcio Ribeiro Dantas que os órgãos financiadores e os dirigentes da economia do açúcar não negarão a sua ajuda às empresas e aos fornecedores de cana, principalmente quando há circunstâncias e eventos naturais, inesperados, conturbando a boa ordem das coisas. Ao mesmo tempo, a recuperação dos prejuízos só poderá efetuar-se com a aplicação exclusiva de recursos liberados pelas prorrogações, na suplementação dos encargos de trabalhos culturais, que não podem tardar.

COOPERATIVA TAMBÉM

O empenho da Associação dos

Plantadores de Cana, junto aos órgãos estaduais e federais, foi sempre em conjunto com a Cooperativa de Crédito Rural da classe, que tem promovido uma presença efetiva e constante junto aos associados, em suas mínimas necessidades. Atualmente com um capital de Cr\$ 780.620,00, a Cooperativa conseguiu recursos do Instituto do Açúcar e do Alcool e do Banco do Brasil, para repasse aos plantadores: do primeiro, na ordem de Cr\$1.600.000,00 e do segundo no montante de Cr\$ 3.417.000,00 dos quais já foram utilizados, até o mês de maio, Cr\$ 1.135.703,00.

Antes do problema das cheias, a Cooperativa, no entanto, sempre cuidou da questão de financiamentos para os seus associados: na entressafra 1973/1974 obteve junto à CREAM (Carteira de Crédito Agrícola e Industrial) do Banco do Brasil, financiamento de Cr\$1.094.190,30 — do qual utilizou apenas Cr\$ 911.458,00.

No balanço do exercício de 1973 verificou-se que a Cooperativa, para cada Cr\$ 1,00 de dívida, dispunha de Cr\$ 2,70 para pagamento, o que comprova a sua boa situação financeira. Alguns números comparativos podem ser tomados, dentro desta premissa: o patrimônio líquido do órgão, em 1972 era de Cr\$ 620.331,00; em 1973, de Cr\$ 980.785,57 — o que representa aumento da ordem de Cr\$ 360.454,57. As Disponibilidades Financeiras, em 1972, eram de Cr\$ 250.805,56; em 1973, de Cr\$ 930.553,89 — um aumento de Cr\$ 680.748,33.

CANAVAL COMPROMETIDO

O refinanciamento logo após as cheias é uma necessidade imperiosa. Os plantadores de cana do Rio Grande do Norte, efetivamente, foram duramente massacrados pelas águas que inundaram as áreas de cultivo. Nas várzeas, houve o comprometimento de todo o canavial, diz Múcio Ribeiro Dantas. Daí, a necessidade de trabalhos culturais que vão do arroteamento à amontoa, ao despalhe e limpeza de valas e drenos, tudo assoreado pelo material conduzido pelas enchentes e até mesmo pelas ervas daninhas que prosperam nas entrelinhas das touceiras de cana, como que estimuladas pelo humus depositado por colmatagem.

Para operar toda essa complicada ação, se faz mister a aplicação de importâncias de que o plantador não dispõe, e que chegarão depois do empenho da Associação e da Cooperativa, junto aos órgãos de direito.

TAMBÉM COM O DNOS

Ao Departamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS — também foi levado ao conhecimento observações que se registraram por ocasião das últimas enchentes na região açucareira e, no caso particular de Ceará Mirim, se deu ênfase aos efeitos da sangria, pela primeira vez, da Barragem de Taipu, destinada ao disciplinamento daquele rio. O normal seria a descarga se processar, de modo controlado, apenas através de suas comportas. A ruptura dos diques laterais do Canal Bandeira foi a determinante da inundação total do Vale, com o escoamento das águas, dificultado nas partes mais baixas, onde está localizado o chamado aterro-estrada de Rio Bonito. Ali, uma única ponte de 40 metros teria que dar escoamento às águas pluviais do próprio Vale, somadas as procedentes do açude, cujo sangradouro tem 187 metros de extensão.

Atendendo à reivindicação da Associação dos Plantadores de Cana, o DNOS firmou convênio com o Instituto do Açúcar e do Alcool e está tomando providências quanto à drenagem da parte baixa do Vale, com o que se evitará, inclusive, que se repitam futuramente ocorrências como as deste ano.



Os prejuízos dos plantadores foram pesados mas não faltará apoio financeiro para a recuperação.

Cuidado com os “ratos de loja”

Geralmente, são mulheres. Crianças, até por uma razão natural, embora que não correta. E homens, poucas vezes. Entram nos supermercados ou nas lojas de departamentos e nas horas de maior movimento se aproximam das prateleiras e furtam artigos diversos, mas sempre de pequeno porte e fáceis de esconder. As mulheres são mais habituadas a esse tipo de atividade que em Natal já começa a ser uma constante, com o advento dos supermercados. No caso delas, esconder mercadorias em sacolas é o sistema mais usual e nesse caso elas agem mais facilmente nas lojas como a filial das Lojas Brasileiras de Preço Limitado, já que nos supermercados não podem entrar na área de exposições portando quaisquer tipos de bolsas ou embrulhos, deixando-os no balcão especializado.

Nas Lojas Brasileiras, segundo o gerente Antônio Carlos de Melo, há flagrantes de 20 a 30 casos mensais e os produtos mais visados são perfumes, bombons, brinquedos, artigos femininos de modo geral. Na época natalina a incidência aumenta, mesmo porque o movimento dentro da loja cresce muito. No ano passado, em dezembro, foram flagradas quase 100 pessoas, fora as que burlaram o sistema de vigilância. Nessa loja, afora o furto premeditado, ocorre também a pessoa sair sem pagar, quando pode não ter havido a intenção inicial de furtar, mas diante de um lapso de falta de atenção da moça do caixa, a freguesa desliza para a porta da rua, sem registrar e pagar o que comprou.

FUNCIONÁRIOS FISCAIS

Tanto as Lojas Brasileiras quanto os supermercados Mini-Preço e Nordestão, em Natal, têm os próprios funcionários e vendedores como fiscais. Eles são instruídos para ficar em atividade, olhos vivos no salão e, pela prática que já possuem, sabem identificar logo a pessoa que está com intenção de furtar.

Trata-se, evidentemente, de um

ladrão, embora o seu ato não seja doloso, causando apenas o prejuízo material. Essa pessoa entra na loja com ares naturalmente suspeitos, fica a remexer os tabuleiros ou prateleiras, sem uma definição sobre o que, pela aparência, desejaria comprar. O funcionário-fiscal a identifica e não a perde de vista, passando a observação para um colega, se for o caso de não poder sair do seu departamento. Há também a ação conjunta: duas pessoas entram na loja, uma fica observando o movimento dos funcionários-fiscais ou das vendedoras e, na hora certa, faz sinal para a outra, que então pratica o furto.



Já é grande problema em Natal a quantidade de furtos nas lojas

Tanto nas lojas de departamentos como nos supermercados, ao ser flagrado, o ladrão é convidado a se retirar do salão de vendas, subindo até a gerência. De lá, ele pode até ser entregue à polícia, se for o caso.

Mas geralmente a gerência resolve o problema dentro da loja, e nunca dá publicidade ao fato, cuidando de tudo dentro do mais absoluto sigilo.

Diz o sr. Tafic Hasbun, do supermercado Mini-Preço, que muito raramente, só quando se trata de ladrão doloso, é que a Polícia é notificada. As três lojas Mini-Preço têm um prejuízo em torno de Cr\$ 1 mil mensal, em mercadorias furtadas, porque nem sempre o ladrão é flagrado e muitos passam despercebidos aos fiscais. As mulheres ali também são as que mais furtam, escondendo a mercadoria dentro da blusa, no sutiã, etc. Dentro do rolo de papel higiênico, por exemplo, também se pode esconder um baton ou um pequeno vidro de perfume. Em sacos de farinha ou de arroz e feijão, igual no artigo de perfumaria, geralmente os mais caros. Confecções são levadas nos bolsos mesmo.

Diariamente, são flagradas pessoas nas três lojas Mini-Preço, diz o sr. Tafic Hasbun, comumente levadas a gerência para uma lição de moral, evitando-se sempre o escândalo público.

Diz o sr. Tafic Hasbun:

— Flagramos três a quatro pessoas diariamente, nas três lojas. Isto quer dizer que outro tanto, ou mais, escapa à nossa fiscalização. A ação dos ladrões ocorre mais nas horas de menos movimento, quando o salão tem menos gente. Eles temem, de qualquer maneira, o flagrante e têm medo de ser apanhados com muita gente como testemunha.

PERDA DE 1% MENSALMENTE

Para Manoel Etelvino, do Supermercado Nordestão, o prejuízo mensal da sua loja é de 1% do faturamento mensal, pois para as quatro e até seis pessoas flagradas diariamente, outro tanto consegue escapar a vigilância dos funcionários.

Confecções, artigos femininos, pequenas utilidades domésticas, ci-



Gráfica
RN-ECONÔMICO:
impressos
de qualidade
Off Set para
sua empresa!

RN-ECONÔMICO possui o mais completo sistema de impressão OFF SET do Estado. Mas isso não é tudo: RN-ECONÔMICO também possui o melhor departamento de arte, para criar e executar desde o simples papel timbrado da sua empresa até o mais sofisticado cartaz de propaganda. Quando pensar em impressos OFF SET, lembre-se que RN-ECONÔMICO garante o melhor pelos menores preços.

GRÁFICA RN - ECONÔMICO

Rua Prudente de Moraes, 1524 - Fone 2-0706
Rua Princesa Isabel, 670 - Natal - RN

garros, perfumaria, brinquedos, também são os mais furtados no Nordeste onde a pessoa, sendo de maior idade, poderá até ser entregue à Delegacia de Roubos e Furtos, dependendo da gravidade do caso. Ou então receber um corretivo moral, com conselhos dados pelo gerente. No Nordeste já houve caso de homens entregues à Polícia Federal, embora que por razões diferentes: viciados em drogas que pretendiam adquirir medicamentos de venda controlada.

Oito homens fazem parte do sistema de segurança do Nordeste, fora os fiscais de salão, que são os próprios funcionários. Na área de estacionamento também ficam homens com a atenção voltada para os carros deixados pelos fregueses e para as portas da loja.

No Nordeste, como no Mini-Preço, um dos métodos usados é a troca de mercadorias nas caixas e principalmente o uísque é muito trocado: tira-se um mais barato da sua caixa original e coloca-se um mais caro no lugar.

SEMPRE EXISTIRÁ

Tanto Manoel Etelvino como



Os supermercados são mais vulneráveis à ação dos "ratos"

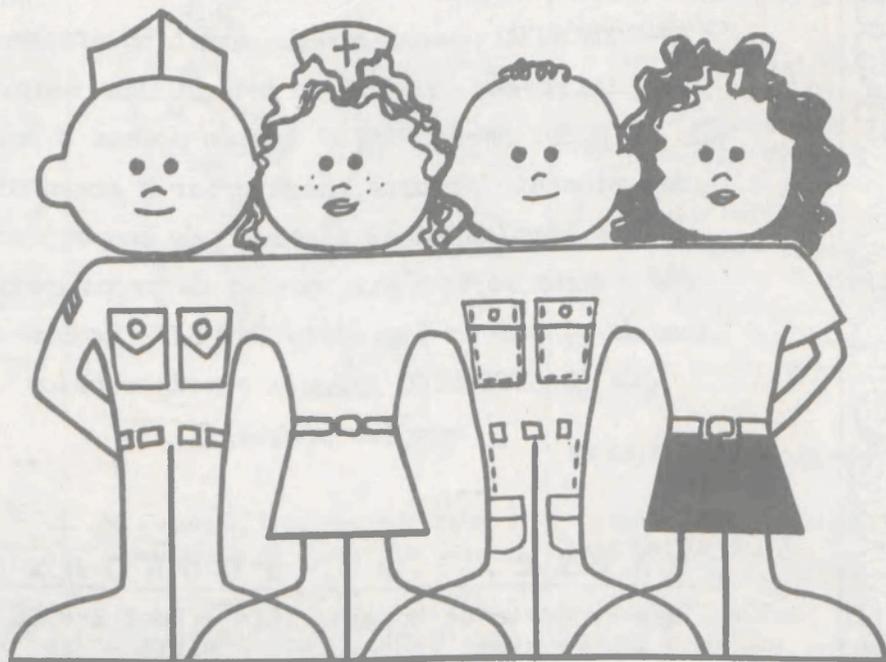
Tafic Hasbun e Antonio Carlos de Melo, acham que o chamado rato de loja sempre existirá. Uma fiscalização efetiva continuará flagrando-os, mas uma grande maioria continuará sempre logrando escapar e as lojas terão sempre esse prejuízo

adicional, que se junta aos naturais, como cheques sem fundos, mercadorias estragadas, quebradas nas embalagens, etc.

A cleptomania é uma doença e um fato, mas também existe a pessoa simplesmente viciada em furtar e a que não consegue superar a tentação que realmente sugere a mercadoria exposta à sua frente.

A perda mensal de 1% sobre o faturamento de uma loja de departamento ou um super-mercado pode não significar muito, considerando-se o movimento financeiro de uma dessas casas. Mas no final do ano esse prejuízo terá ascendido aos 12 ou até 20%, diz Manoel Etelvino, e não é nada interessante para a empresa ficar perdendo assim.

Geralmente a presença do rato de loja é tida pelas grandes casas comerciais como fato natural, tanto que elas sempre têm os seus serviços de segurança e fiscalização próprios. Algumas organizações, preocupadas com o problema, já planejam até instalar em seus estabelecimentos os circuitos fechados de televisão, a exemplo do que já se faz no sul. Será uma forma mais eficiente de fiscalização, mas nunca o fim dos furtos. ●



Dinar

Cardamentos

Rua General Glicério, 858

■ Fone 2-0910 - Ribeira - Natal (RN)

Com ou sem crise, mais casas para Natal.

A indústria da construção civil do Rio Grande do Norte vem se refazendo gradativamente de uma longa crise, de âmbito nacional, que começou a tomar vulto em fins do ano passado e se fez sentir intensamente nos primeiros meses do ano em curso. Muitas foram as razões que levaram os economistas e industriais a denominarem tal situação de "crise", haja vista que os preços de muitos dos materiais prioritários àquele setor industrial sofreram aumentos surpreendentes, chegando muitas vezes ao percentual dos 300 por cento — como ocorreu com o prego e as telhas coloniais de barro. Isto se verificou em apenas dois meses: de janeiro a março deste ano, segundo demonstrou reportagem na edição de abril último desta revista, sobre este tema.

RECAPITULAÇÃO DA CRISE

Fazendo-se um retrospecto da crise, tem-se vários fatores em tela, dentre eles o seguinte: como costuma ocorrer em épocas de final de governo, verifica-se um aceleramento de construções civis que acarretam, evidentemente, um aumento na demanda de materiais de construção, para o qual a oferta disponível em mercado quase sempre parece ser surpreendida, daí gerando um déficit de produtos, que correu para a precipitação da crise. Outros se lhe acrescentaram: a execução de programas nacionais de construção civil em ritmo acelerado, nos últimos anos, tais como PLANHAP, programas do Sistema Financeiro de Habitação e Obras Gerais do FUNDURBANO, antes inexistentes; as chuvas, que só agora começaram a arrefecer, também tiveram grande influência no incremento das dificuldades gerais do setor da construção civil.

DEMANDA HABITACIONAL EM CRISE?

Em vista de semelhante situação, surgiram inevitáveis interrogações por parte do mercado local, acerca do futuro andamento dos projetos gerais com vistas a atender à demanda sempre crescente de novas habitações: o que se tem feito para diminuir o problema? como vai ficar a situação habitacional diante da crise da construção civil?

RESPOSTA DA COHAB

O economista Esequias Pegado Cortez Neto, frente à atual gestão administrativa da COHAB — Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte — mostrou-se reticente à designação de "crise" no que concerne a sua empresa, de vez que a COHAB já investiu ... Cr\$ 8,5 milhões em obras habitacionais a partir do reinício de suas atividades naquele setor, ou seja de dezembro de 1973 à presente data, e continua a construir novas unidades. Ressaltou, a seguir, para reforçar seu ponto de vista, os vários projetos nos quais vem trabalhando



Esequias Cortez: "a crise não afetou a COHAB"

do atualmente a equipe de obras da COHAB:

1) "Lagoa Nova II" — programa no valor de Cr\$ 5 milhões — num total de 174 unidades habitacionais, em Natal, cuja concorrência já deve estar aberta, a essa altura;

2) "Conjunto Potengi" — programa no valor de 6 milhões de cruzeiros — 379 unidades — cuja concorrência também já deve se encontrar aberta. Este programa visa atender à demanda gerada pelo distrito industrial em formação na área de Igapó;

3) "Conjunto Jiquí" — no valor de 10 milhões de cruzeiros — destinado à absorção da demanda gerada pelas fábricas que margeiam a BR-101, desde seu início até a região de Neópolis.

Todos esses programas deverão ser entregues dentro dos próximos dez meses, e além deles está, também em execução, o programa de



recuperação de mais de 70 casas em Mossoró, no valor de 400 mil cruzeiros. Todos esses programas visam atender à demanda de pessoas de baixa faixa salarial limitada entre um e três salários, sendo que as obras destinadas à construção de casas de pessoas que possuem terreno próprio, a faixa salarial se estende até seis salários.

VISÃO DA CRISE

Segundo Esequias Pegado Cortez Neto, o aumento verificado na demanda de material de construção civil, seguido de uma consequente diminuição na oferta, foi verificado em virtude de problemas de transporte como também das últimas chuvas, culminando de outubro a dezembro, mas que começaram a minorar após abril e, agora os preços caminham em direção à estabilização, embora num "patamar superior".

Continuando, Esequias afirmou que "a diminuição das recentes chuvas vai incentivar a produção das cerâmicas e olarias e consequentemente, diminuirão nossos problemas, de vez que utilizamos largamente, como produtos básicos, o tijolo e a telha, cimento e madeira". Ressaltou ainda que um dos motivos que dificulta a produção de materiais de construção, são as altas taxas tributárias que pesam sobre os ceramistas, levando-os a impor preços mais altos.

Frisou ainda que esses industriais da área (ceramistas, em geral) fazem grande esforço em sua produção, e fazem-no com recursos próprios".

RESPOSTA DO INOCOOP

A superintendente do INOCOOP — Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais do RN — Severina Porpino Dias — referindo-se às dificuldades de produtos para construção, ressaltou que essa entidade também sentiu seus efeitos. "As unidades habitacionais que deveriam ser entregues em agosto próximo, só o serão em novembro, em virtude da "crise". Mas os efeitos dessa situação já estão passando, e o cimento já começa a circular na capital, vindo de Mossoró, o que é um bom indício".



Severina Porpino: "os programas do INOCOOP não pararam"

Sobre os programas desenvolvidos pelo INOCOOP Severina Porpino expressou: "nossos programas, no entanto, não pararam e o INOCOOP atende tantas quantas forem as pessoas que o procurarem dentro da faixa estabelecida" (a partir de três salários)".

"A partir de novembro próximo começaremos a entregar o conjunto Candelária, que abrigará duas mil famílias, e o "Mirassol". A demanda, no entanto, tem aumentado, daí termos de construir novas unidades. Mas isso não significa que tenhamos limite para cons-

truir. Na verdade, construiremos tantas casas quantas forem necessárias".

Em síntese: não há motivos para se desesperar quanto ao futuro da construção civil no Estado do Rio Grande do Norte, levando-se em conta que o fenômeno, para muitos tido como "crise", começa a ceder à força das providências tomadas nesse sentido, de forma que tudo parece correr em direção a um sistema geral de equilíbrio neste setor. E o que é melhor para a nossa economia: Natal poderá manter o ritmo vertiginoso de construções dos últimos três anos!

A PRAZO com desconto



camisaria **UNIÃO**
General Osorio
camisaria **UNIVEST**
Amara Barreto

O SEU PROBLEMA É PNEU?

Considere-o resolvido:
faça uma visita à TYRESOLES POTIGUAR.
Pneus novos e recauchutados.
Recapagem e consertos em geral.
Toda linha de Pneus.

Você é atendido com música ambiente, cafezinho e estacionamento interno.

TYRESOLES POTIGUAR

Rua Almino Afonso, 88 — Ribeira
Fones: Gerência — 2-2384 — Vendas — 2-2920



Existem maneiras mais práticas de descobrir se uma peça é fajuta ou original.



Tem peça fajuta tão parecida com peça original, que a diferença é uma fração de milímetro.

Aí, ela é instalada e trabalha até deixar cair a máscara.

Quando v. olha, ela já quebrou as peças que trabalham com ela, quebrou sua conta no

banco e faz v. quebrar a amizade com quem colocou ou vendeu.

Melhor é evitar esse aborrecimento, usando o nosso balcão ou a nossa oficina. Onde v. só pode encontrar Peças Originais Volkswagen.

Medidas, testadas e aprovadas pela Volkswagen. Fora disso,

v. se arrisca a levar peça falsa.

É só vai descobrir que ela é falsa, quando estiver na posição do cavalheiro da foto.

Pouco prático, não é?



MARPAS S. A.

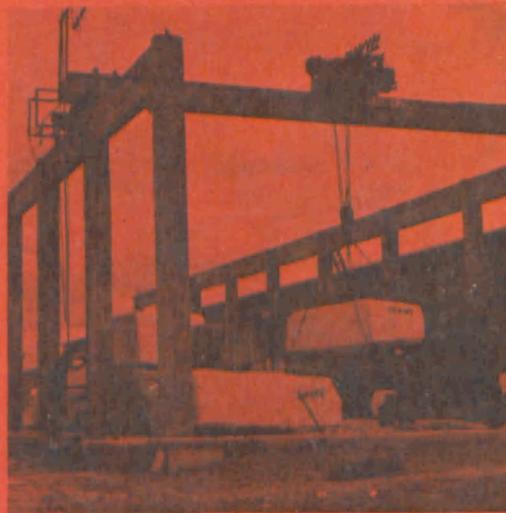
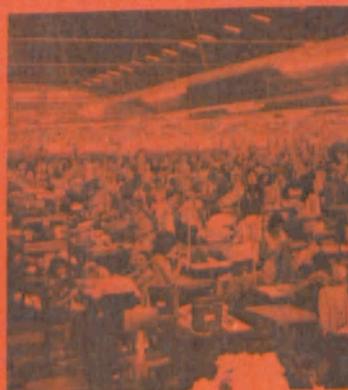
Av. Tavares de Lira, 159



REVENDEDOR
AUTORIZADO



*A realidade do
Rio Grande do Norte
nas páginas de
RN-ECONÔMICO!*



LEIA — ASSINE — COLECIONE